

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

GEANDRO REGONATI RODRIGUES

**A QUESTÃO AGROPECUÁRIA E A RELAÇÃO
MERCOSUL - BRASIL**

BAURU
2014

GEANDRO REGONATI RODRIGUES

**A QUESTÃO AGROPECUÁRIA E A RELAÇÃO
MERCOSUL - BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2014

Rodrigues, Geandro Regonati.

R6961q

A questão agropecuária e a relação MERCOSUL - Brasil /
Geandro Regonati Rodrigues. -- 2014.

74f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. MERCOSUL. 2. Brasil. 3. Agropecuária. 4. Economia. 5.
Relações bilaterais. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

GEANDRO REGONATI RODRIGUES

A QUESTÃO AGROPECUÁRIA E A RELAÇÃO MERCOSUL - BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Me. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Dr. Daniel Freire e Almeida
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Ma. Verônica Scriptore F. e Almeida
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 04 de Dezembro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais, que me deram todo o apoio durante os anos da minha graduação e que sempre estarão comigo na jornada pela vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, pela vida, pela oportunidade, pelas bênçãos dadas até hoje, por nunca me deixar nos momentos de aflição e sempre por me proteger. Sou grato e te adorarei até o fim da minha vida.

Ao meu pai, Celso, que me sempre me apoiou, que me incentivou e que me fez lutar por aquilo que eu tinha como sonho. Sempre foi minha inspiração, pois sempre busquei me espelhar em seu modo de vida, de ser batalhador, guerreiro e buscar por aquilo que almeja, fazendo assim, todo o possível para que eu atingisse minha realização profissional e tornando meu sonho realidade. Sou grato e o amarei até o fim da minha vida.

À minha mãe, Alice, por ser a mãe que eu pedi a Deus, pelo amor que demonstra, pelos conselhos que me dá e pelo apoio pra todas as horas, pela educação dada e pelo caminho ensinado da verdade. Sou grato e a amarei até o fim da minha vida.

Aos Meus irmãos, Celso e Aline, por serem tão especiais na minha vida, por serem os irmãos que eu sempre quis, nunca me deixando sozinho e por juntos, sermos uma família unida e sagrada.

As minhas sobrinhas, Ana, Izabella e Iara, por serem minhas inspirações e por me darem tantos motivos de alegrias, por me proporcionarem momentos de felicidades e acima de tudo, a amar vocês.

A minha orientadora Beatriz Sabia Ferreira Alves, pela ajuda dada, pela orientação concedida, pelos conselhos e por ser uma pessoa tão especial e querida por todos.

Aos meus amigos, Othon, Edvaldo, Raphael, por terem sido verdadeiramente companheiro fiéis, amigos pra todas as horas, sinceros, pela amizade verdadeira e pelo apoio dado, pelos melhores momentos de alegria que tive ao lado de cada um.

A minha amiga Gabriella Rocha Baessa, pela verdadeira amizade de longos anos, pelo companheirismo, pelas confidências, pelo apoio e pelos conselhos dados. Amizade que levarei comigo por toda a vida.

À minha amiga Camila Alves Lourenço, pela verdadeira amizade, pelos momentos de alegria, pelo apoio, por tudo. Amizade que levarei comigo pela vida toda.

Aos meus amigos do curso de Relações Internacionais, pelos momentos de crise, de alegria, de momentos no Herbie, na biblioteca, nos desesperos que encontramos e assim por diante. Pessoas que realmente merecem todo o sucesso do mundo e obrigado por colaborarem comigo.

A coordenação e a equipe de professores do curso de Relações Internacionais da USC, pelo apoio, por buscar sempre um curso melhor e por também dar apoio total aos alunos.

As demais pessoas que me apoiaram durante a minha formação acadêmica, que Deus esteja com todos sempre.

“Em todas as coisas o sucesso depende de uma preparação prévia, se sem preparação, o falhanço é certo”.
(CONFÚCIO)

RESUMO

A criação do MERCOSUL se deu para lutar contra uma estagnação política e econômica para os países que vieram a fazer parte do bloco em seu ano de criação, 1991. Esse acordo traçado pelo tratado de Assunção, iria definir os padrões a serem seguidos pelos Estados membros e também a sua regulamentação jurídica sobre os países e seu comércio interno e externo. Este trabalho partirá da análise da integração na América do Sul e a integração com os países membros, do desenvolvimento do Brasil como líder regional do MERCOSUL e seu trabalho para o desenvolvimento do bloco desde a sua criação. Além de uma observação atenta dos governos de FHC a Dilma, da questão da regionalização do Brasil com o MERCOSUL e a importância da diplomacia brasileira no bloco. O ponto chave é como a relação do bloco com o Brasil, que se intensificou desde a criação, gerou benefícios aos setores econômicos, principalmente no setor agropecuário brasileiro, que se expandiu e hoje é reconhecido como líder internacional de produção agropecuária, especialmente no setor aviário, que leva um processo de criação rigoroso até o final para a comercialização. A metodologia escolhida para alcançar os objetivos propostos foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras - chave: MERCOSUL. Brasil. Agropecuária. Economia. Relações Bilaterais.

ABSTRACT

The creation of the MERCOSUL has to fight against a political and economic stagnation for countries that became part of the block on the year of its foundation, 1991. This agreement outlined by the Treaty of Asunción, would set the standards, the legal regulations about the countries and their domestic and foreign trade to be followed by the member states. This work will start the analysis from the integration in South America and the integration with the member states, also with the development of Brazil as a regional leader of the MERCOSUL and his work for the development of the block since its inception. In addition to it, a careful observation from the FHC government to Dilma's; about the issue of regionalization of Brazil with MERCOSUL and the importance of the Brazilian diplomacy in the block. The main point is how the block's relation with Brazil brought benefits to the economic sectors, that has intensified since its creation, mainly in the Brazilian agricultural sector, which has expanded and is now recognized as an international leader in agricultural production, especially in the poultry industry, that takes a rigorous creation process of all the way to marketing. The methodology chosen to achieve the proposed objectives was the literature.

Keywords: MERCOSUR. Brazil. Agricultural. Economy. Bilateral Relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 2 – MERCOSUL	13
2.1 Antecedentes Históricos	13
2.2 A Integração Regional Na América Do Sul: Integração e Processos	16
2.2.1 O Brasil no MERCOSUL	18
2.2.2 A Argentina no MERCOSUL	20
2.2.3 O Paraguai no MERCOSUL	21
2.2.4 O Uruguai no MERCOSUL	23
2.2.2 A Venezuela no MERCOSUL	23
2.3 O Tratado de Assunção	25
2.4 Estrutura e Funcionamento	28
2.5 Solução e Controvérsias	31
2.6 A importância do MERCOSUL	34
CAPÍTULO 3 – O Brasil no MERCOSUL	38
3.1 A Diplomacia brasileira em relação ao bloco	38
3.2 O governo FHC	41
3.2 O governo Lula	44
3.3 O governo Dilma	48
3.4 Críticas ao MERCOSUL.....	51
CAPÍTULO 4 – A questão Agropecuária	53
4.1 O Mercado brasileiro de agropecuária	53
4.2 A questão no âmbito MERCOSUL	56
4.3 Normas técnicas e fitossanitárias	59
4.4 A competitividade e Produtividade	62
4.5 Os desafios	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERENCIAS	70

1 Introdução

Neste trabalho será avaliada a importância do MERCOSUL, a sua evolução, suas contribuições para o Brasil na questão agropecuária e a sua política. O MERCOSUL é um bloco econômico de livre comércio significativo para a cooperação na América do Sul e por isso discutir sua efetividade se torna tão crucial atualmente. Serão analisadas os principais desafios do bloco e sua relação com o Brasil, um país importante no cenário internacional e grande colaborador econômico, que vem sempre aumentando a sua participação.

O objetivo do trabalho é reconhecer as ações realizadas pelo MERCOSUL, seus avanços e a ajuda econômica cedida aos países, especificamente na área agropecuária e a sua relação com o Brasil. Para que esse objetivo seja alcançado, será analisada a economia do bloco bem como a economia brasileira, os problemas que o bloco enfrenta nas diferentes negociações, desde a sua criação e o porquê da falta de solução para esses problemas. Esses problemas muitas vezes são impostos pelos próprios Estados membros e seus interesses difusos.

As motivações que me levaram a elaborar essa pesquisa surgem da contemporaneidade da discussão do MERCOSUL, principalmente do seu estágio de evolução. E para os brasileiros falta um estímulo para enxergar o MERCOSUL como uma contribuição política e econômica para o posicionamento brasileiro de líder regional.

Agora, esse tema deve ser estudado ou repensado pelo fato de mostrarmos a importância do Brasil no bloco e a importância do bloco como um todo para os demais países e a sua crescente economia, que cada vez se torna mais independente.

A grande adversidade para o MERCOSUL hoje são as desigualdades econômicas entre os países tanto por problemas econômicos internos, quanto por problemas oriundos do processo de integração. Como exemplo, temos a falta de efetividade da união aduaneira. Dentro dessa perspectiva, o que vem ocorrendo é a manutenção de barreiras aduaneiras, o que deveria ser entendido como um mercado comum, tem sido alvo de críticas dos grandes blocos.

Cada estado ou região do Brasil mantém relações comerciais específicas, em termos de intercâmbio de produtos com os países do MERCOSUL. Com a evolução

e ampliação da integração econômica, ocorrem modificações na composição desse comércio, que indicam efeitos diferenciados sobre os setores produtivos nacionais.

A metodologia escolhida para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, para que fosse realizado um estudo descritivo, analisando as características, as propriedades e as relações existentes dentro do MERCOSUL, principalmente no que diz respeito ao Brasil. Assim, este estudo faz a análise dos fluxos comerciais e da pauta de produtos comercializados entre os estados brasileiros e os demais países-membros do bloco. Inclui considerações sobre o comportamento dos setores envolvidos nesse comércio e contribui para a avaliação dos diferentes impactos do MERCOSUL no país, seja nos estados, seja nos setores produtivos. Essa pesquisa foi baseada na leitura de livros, artigos científicos e pesquisas realizadas sobre o MERCOSUL e o sistema agropecuário brasileiro.

No segundo capítulo, abordaremos os dados estatísticos do MERCOSUL, seu histórico, sua fundamentação e objetivos para os Estados que fazem parte. O Tratado de Assunção que compôs o bloco, seu panorama histórico, a integração regional, sua estrutura, mecanismo de solução de controvérsias e sua importância. Não podemos deixar de estudar tais tópicos, pois, de alguma forma o bloco contribuiu para os Estados, em outras palavras, beneficiando os países. Estudar a importância do MERCOSUL é fundamental, já que fazemos parte deste bloco, é necessário saber sua importância e o que ele contribui para o Brasil até hoje.

No terceiro capítulo, analisaremos o Brasil no MERCOSUL, os governos que o integraram até os dias atuais, de FHC ao governo Dilma, a diplomacia brasileira em relação ao bloco e seus desafios e críticas. Para alguns, o MERCOSUL foi um benefício, para outros, o MERCOSUL foi um atraso. Iremos identificar essas tendências e suas relações com os Estados - membros.

No quarto e último capítulo, vamos analisar a questão agropecuária entre Brasil e o bloco, seus avanços, o mercado brasileiro, as normas técnicas de trabalho, as questões sanitárias, a competitividade, a produtividade e os desafios que são encontrados, especificamente na questão da avicultura. Como o Brasil é o maior exportador de carnes de frango do mundo, vamos analisar suas normas, o tratamento dado ao processo de pré-venda dos produtos, a importância do frango para a economia brasileira, os processos de vendas e desafios do comércio entre o bloco e o Brasil.

Assim sendo, veremos as questões da América do Sul em relação a temática da avicultura, o Brasil e o MERCOSUL, as dificuldades encontradas e possíveis soluções. Esse trabalho se constitui num estudo da questão agropecuária entre Brasil e MERCOSUL.

Capítulo 2 - MERCOSUL

2.1 Antecedentes Históricos

O MERCOSUL, Mercado Comum do Sul, é um bloco econômico da América do Sul, que no início era apenas formado por quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Foi institucionalizado em 26 de março de 1991 pelo Tratado de Assunção, que visava a integração dos países para circulação de bens, pessoas e produtos e assim sendo, uma tarifa externa comum (TEC), política comercial comum e a harmonização das legislações nas áreas pertinentes.

O tratado de Assunção, de 30 de Março de 1991, constituindo, com a participação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), representou a culminação de um processo orientado para convencer antigas posições conflitantes, no âmbito da bacia do Prata, notadamente entre Argentina e Brasil, em posições de estreita Cooperação. (JAGUARIBE; Helio, 2007)

A união aduaneira é um dos principais pontos que os países do Mercosul visam até hoje desde sua formação e para isso, o Mercosul busca uma igualdade entre os países e um peso político para as negociações internacionais. Os Estados Partes concluíram, em 2010, as negociações para a conformação do Código Aduaneiro do MERCOSUL e o Programa de Consolidação da União Aduaneira na decisão CMC Nº 56/10. (Ministério das Relações Exteriores)

O MERCOSUL também, fora criado para visar o desenvolvimento tecnológico para os países participantes para modernizar as suas economias, ampliar ofertas e bens para que haja melhoria de vida dos cidadãos dos países do bloco. (Câmara Parlamentar do MERCOSUL)

A Zona de livre comércio que era o objetivo do Tratado de Assunção, começou a circular a partir de 1 de Janeiro de 1995, alcançando com êxito o objetivo e desde então, os países começaram a receber mais, a ter uma larga escala econômica em seus produtos e a produzirem mais e assim sendo, uma maior livre circulação de pessoas entre os países participantes. (AVERBUG, 2006). A tabela a seguir, mostra os dados das exportações intra –regionais entre os países do bloco no período de 1993 – 1997, detalha perfeitamente o avanço em milhões de dólares, para alcançar o objetivo da expansão econômica.

Tabela 1 – Lista de exportações intra – regionais dos países do bloco 1993-1997

ORIGEM	DESTINO	1993	1994	1995	1996	1997
Argentina		3.674	4.804	6.769	7.925	8.996
	Brasil	2.811	3.655	5.484	6.615	7.752
	Paraguai	355	498	631	584	556
	Uruguai	508	650	654	726	688
Brasil		5.387	5.921	6.154	7.305	9.043
	Argentina	3.659	4.136	4.041	5.170	6.767
	Paraguai	952	1.054	1.301	1.325	1.406
	Uruguai	776	732	812	811	870
Paraguai		287	340	465	660	799
	Argentina	65	67	63	96	115
	Brasil	215	264	383	521	631
	Uruguai	7	10	20	44	53
Uruguai		675	891	995	1.234	1.331
	Argentina	284	375	265	271	314
	Brasil	375	491	705	913	959
	Paraguai	16	24	25	50	58
Mercosul		10.024	11.956	14.154	17.124	20.169
	Argentina	3.674	4.804	6.769	7.925	8.996
	Brasil	5.387	5.921	6.154	7.305	9.043
	Paraguai	287	340	465	660	799
	Uruguai	675	891	995	1.234	1.331

Fonte: Associação Latino-Americana de integração e dados fornecidos das fontes oficiais de cada país.

O MERCOSUL conta com uma Comissão Parlamentar Conjunta, instalada em 6 de dezembro de 1991 em Montevideu, no Uruguai, que tinha como objetivo facilitar a implementação do Mercado Comum, que também é de caráter consultivo e com competência para emitir recomendações para os executores do tratado.

A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão responsável dos Paramentos dos Estados-Partes no âmbito do MERCOSUL. Compete-lhe, em obediência ao processo legislativo de cada Estado-Parte, incorporar ao Direito Positivo internas normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL. Tem caráter consultivo e deliberativo, podendo ainda, formular propostas. Suas atribuições serão, dentre outras:

- Acompanhar o processo de integração e manter Congressos Nacionais formados;
- Tomar as medidas necessárias a futura instalação do parlamento do MERCOSUL;
- Constituir subcomissões para análise dos temas relacionados ao processo de integração;
- Emitir recomendações ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum sobre a condução do processo de integração e a formação do MERCOSUL;
- Realizar os Estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados-Partes e submetê-los aos Congressos Nacionais;
- Estabelecer relações com entidades privadas de cada um dos Estados-Partes, e com entidades e organismos internacionais de

modo a obter informações e assessoramento especializado nos assuntos de seu interesse;

- Estabelecer relações de cooperação com os Paramentos de outros Estados e com entidades envolvidas com assuntos pertinentes à integração regional;
- Subscrever acordos de cooperação e assistência técnica com organismos públicos e/ou privados, de caráter nacional, supranacional e internacional;
- Deliberar sobre seu orçamento e fazer gestões junto aos Estados-Partes para a obtenção de outros financiamentos. (Comissão Parlamentar do MERCOSUL)

Também, o MERCOSUL vem enfrentando barreiras aduaneiras pelo fato dos países participantes hoje terem déficit nas suas contas correntes, fazendo com que seus países aliados tomem medidas drásticas que dificultam na exportação e importação de produtos, o que acaba ocasionando uma barreira aduaneira para os demais países do bloco e outros blocos econômicos do ao redor do mundo. (AVERBUG, 2006)

Ainda assim, o MERCOSUL está expandindo cada vez mais sua integração internacional, um sistema de otimização econômica para os seus membros, mas ainda é fundamental que o MERCOSUL se converta num sistema industrial integrado. (JAGUARIBE; 2007)

Vale ainda citar que, o Protocolo de Ouro Preto que fora assinado em 16 de Dezembro de 1994 na Cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, assinado pelo presidente do Brasil na época José Sarney e pelo presidente da Argentina Raúl Alfonsín, daria segmento ao Tratado de Assunção, para tratar de estratégias para a integração regional e internacional do MERCOSUL, como aspectos econômicos; política parlamentar do MERCOSUL; à segurança, os Direitos Humanos e a Educação e as Relações externas do Bloco. (BASSO; 2007)

Outros países que vieram a fazer parte do bloco MERCOSUL durante os avanços do bloco seriam a Bolívia que aderiu-se ao bloco em 1996, o Chile no mesmo ano, o Peru que viria ser aliado ao bloco em 2003, a Colômbia em 2004 e a Venezuela, o atual país que entrou no Bloco no ano de 2013. A Comunidade Andina (CAN), tem como representantes os países Bolívia, Equador, Colômbia e Peru. (BASSO; 2007)

No MERCOSUL, cada país tem sua moeda interna, que é um caso contrário ao que acontece na União Europeia. O que acontece, foi que em 1998 num encontro anual dos países do MERCOSUL, foi indicado a possibilidade de uma moeda única

para o bloco, o que seria mais fácil para uma economia igualitária entre os países do bloco, que como se sabe as moedas hoje são comparadas ao dólar e vemos que no MERCOSUL as moedas dos países participantes estão desvalorizadas, devido a inflação que ocorre internamente e também, externamente. Quando a moeda é desvalorizada, fica mais difícil de se obter dólar o que dificulta as suas balanças comerciais e assim o comércio internacional se torna mais uma vez, uma barreira para o crescimento interno econômico. (ARESTIS; 2003)

2.2 A integração regional na América do Sul: Integração e processos

Os países da América do Sul, que antes de integrarem o Bloco do MERCOSUL, já tinham seus antecedentes econômicos e parceiros em união aduaneira¹. As primeiras tentativas de integração dos latinos, se devem aos primeiros anos pela luta de uma independência. Por exemplo, Brasil e Argentina antes da criação do bloco, mantinham uma relação estável de comércio². Essa independência, começou como afirmação de identidade própria frente às antigas metrópoles, para que assim houvesse estímulo à industrialização e desenvolvimento econômico autônomo entre os países da América do Sul. A importância para o grande passo para uma independência foi a busca de uma união aduaneira, o livre comércio entre os países e uma economia igualitária entre os países que iriam fazer parte do acordo.

Antes mesmo do MERCOSUL ser criado, em meados do século XX, já estava sendo criada a CEPAL³ (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em 25 de Fevereiro de 1945, com o objetivo de trabalhar a necessidade de um processo de desenvolvimento relativamente autônomo e centrado na industrialização para contribuir com o crescimento hegemônico das nações em desenvolvimento.

¹ Laços econômicos e comércio entre os países vizinhos.

² Produtos manufaturados e agropecuária; desde aquela época, Brasil e Argentina trabalhavam juntos para a formação de uma união aduaneira.

³ A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Também, foi criada a ALALC⁴ em 1960 (Associação Latino-Americana de livre Comércio), que buscava a integração regional baseada na economia dos países que decidissem fazer parte do tratado e que visava os interesses regionais e o livre comércio entre os países membros num prazo de 12 anos a partir da sua assinatura entre as partes. Como, as partes não cumpriram o acordo do tratado, o mesmo não foi adotado e com isso a ALALC fracassou. Seus membros na época eram Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

O fracasso da ALALC, levou a Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru a formarem mais tarde o Pacto Andino⁵, que seria o vislumbamento da integração regional seguindo os padrões internacionais e tendo na sua composição certa uniformidade⁶ entre os países membros.

Mais tarde, foi criada a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), que seria um novo acordo para substituir o ALALC, com maior flexibilidade e preocupação com a área de livre comércio e eliminação de barreiras tarifárias entre os participantes.

Os Membros que formariam o ALADI⁷ seriam Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai. Em 26 de Agosto de 1999, Cuba integra o bloco. Mais tarde, em 10 de Maio de 2012, o Panamá decide também fazer parte. Após várias tentativas de acordos para uma união aduaneira e uma integração entre os países, podemos perceber que não houve sucesso. Com isso, a América Latina e a América do Sul continuavam ainda com um nível baixo de integração, com suas políticas externas eram voltadas para as grandes metrópoles e especialmente para os EUA⁸.

O MERCOSUL representou o primeiro processo de integração regional sul-americano, e também latino-americano, a obter resultados concretos e a abrir alternativas regionais para uma melhor inserção internacional dos países do cone-sul, nos quadros de uma ordem mundial emergente. (VIZENTINI, 2007).

⁴ Aumentar a interdependência dos países latino-americanos. Tinha como objetivo último a criação de um mercado comum regional, a partir de conformação de uma zona de livre comércio no prazo de doze anos. Buscava a ampliação dos mercados e a liberalização do intercâmbio pelo desmantelamento de medidas protecionistas.

⁵ Criado em 26 de Maio de 1969 pelo acordo de Cartagena.

⁶ Direitos e tarifas iguais entre os países.

⁷ Assinado em 12 de Agosto de 1989, pelo tratado de Montevidéu de 1980.

⁸ Visavam buscar acordos com os Estados Unidos devido sua forte economia, o que talvez, levassem a pensar que poderiam crescer economicamente, com tentativas de acordos comerciais em várias áreas, como principalmente, na agropecuária. Brasil, na época, era o único país que conseguia manter acordos com os EUA, e ainda mantém até hoje em seus laços comerciais.

O MERCOSUL, se constituiu na base de outros processos de integração, como o da UNASUL e da CELAC. A UNASUL⁹, (União de Nações Sul-Americanas), era formada pelos doze países da América do Sul e tinha como objetivo construir uma sociedade mais participativa no consenso cultural, política, social e econômico entre os países.

A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), foi criada para constituir um novo mecanismo de concertação política e integração, no qual fazem parte 33 países, da América do Sul, Central e Caribe. (Site oficial da CELAC)

Com isso, o MERCOSUL, impulsionou uma nova integração dos países que faziam parte do bloco, que queriam lutar por uma nova economia e responder aos resultados da crise causada pela dívida¹⁰, e a recessão da inflação. Sendo assim, procuravam uma hegemonia política e econômica, para assim favorecer seus indivíduos de buscar e ocasionar o livre acesso culminando em uma integração maior com os demais países.

Um dos principais objetivos do MERCOSUL, era criar uma zona de integração entre as pessoas, ocasionando a livre circulação de trabalhadores e um harmonização trabalhista, a livre circulação para efetuar trabalhos em qualquer país do bloco, porém, esse aspecto não teve ênfase. Essa zona de integração entre as pessoas, seria uma forma de os países do bloco se interagirem, unir suas culturas e suas pessoas, o livre acesso aos países leva a uma forma de comércio, as pessoas são livres para comprar produtos dos outros países e assim, uma forma de expandir seus negócios.

2.2.1 O Brasil no Mercosul

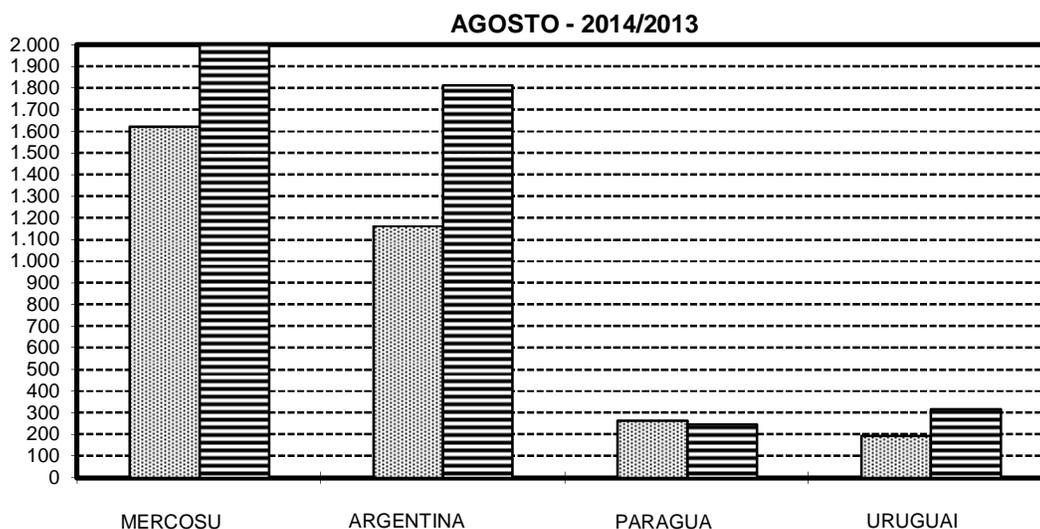
Por ser o maior país do bloco e ter uma participação mais expressiva, ele vem se destacando economicamente desde a criação do bloco. A Tabela a seguir,

⁹ Criado em 23 de Maio de 2008 na reunião dos chefes de Estado e governos em Brasília. O estabelecimento de um mecanismo de Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança pelo Conselho de Defesa Sul-Americano também foi um instrumento valioso para o fortalecimento da estabilidade, paz e cooperação na América do Sul.

¹⁰ Crise dos países membros do bloco que o integravam. Antes da criação do bloco, devido ser independentes e sem nenhum apoio, tinham crises financeiras.

mostra exatamente a participação do Estado Brasileiro no bloco, em suas exportações no período de Agosto de 2013 e 2014.

Tabela 2: Exportações Brasileiras para o Mercosul em Dólares



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Por ser o maior em densidade geográfica e também o maior nas participações do MERCOSUL, o Brasil se destaca entre todos os outros participantes. Devido ao seu índice de desenvolvimento humano estar entre os piores, 78º no ranking internacional, ainda no MERCOSUL ele é o maior país que o integra. No comércio, entre Brasil e o bloco, o seu peso no sistema internacional é considerado principal.

Comparando o IDH com os outros países do bloco, o Brasil só fica apenas na frente do Paraguai. A Argentina fica na posição de 49º no índice, o Uruguai em 50º, o Paraguai em 111º e a Venezuela, na posição 67º. O que está atrelado a essa posição que o Brasil fica, é devido as fontes desiguais de renda que existe no país, mas o seu PIB é elevado. Com esses índices, é ainda um fator considerado natural para a região.

Brasil e MERCOSUL em suas participações, correspondem a 13,58% das suas exportações totais¹¹ em relação aos países que integram o bloco. Em 1990 o Brasil tinha uma participação de 5,05%, em 1991, no ano da criação do bloco expandiu-se para 8,67%. Em 1998, os números subiram ainda mais, foi de 18,74%,

¹¹ Dados oficiais da CEPAL, 2008.

o quase se iguala aos Estados Unidos e Canadá nas relações com o Brasil. A crise¹² que afetou o Brasil, fez com que esses números decaíssem no período de 1999 e 2001.

Mesmo com a participação no bloco, podemos dizer que o Brasil é totalmente independente no que diz respeito às suas importações e exportações. Estar aliado ao MERCOSUL é fundamental, porém, o que o Brasil ajuda muito no bloco, são seus números, sua economia e também a sua participação. O bloco, devido possuir membros denominados “países em desenvolvimento”, é fundamental que tenha como aliado, um país que colabore com seus números e sua economia, como é o caso do Brasil desde a criação do bloco.

Desde 2003, os números das exportações brasileiras para o bloco, vem aumentando consideravelmente, onde os números passaram de US\$ 62 milhões de dólares em 2003 para US\$ 220 milhões de dólares no ano de 2007.

Em relação as importações e exportações, o MERCOSUL não é de grande relevância para o Brasil, devido ao país possuir membros comerciais e acordos a altos níveis, países desenvolvidos que mantêm laços comerciais com o Brasil há tempos. O país do bloco que possui mais laços com o Brasil, é a Argentina, que importa produtos brasileiros¹³. A participação do Brasil no bloco, se deve aos produtos manufaturados, a agropecuária, que representa 15,94% dos produtos importados do Brasil e refinarias de petróleo. O Brasil exporta mais produtos elaborados e importa mais produtos básicos (matéria prima) do bloco.

2.2.2 A Argentina no MERCOSUL

A Argentina e o Brasil, como já citado, sempre foram grandes parceiros antes mesmo da criação do MERCOSUL. A Argentina antes era um dos países mais ricos do mundo graças a sua relação direta com os Estados Unidos. Essa participação entre os dois Estados, vem desde os anos de 1816, que foi o ano em que a Argentina teve sua independência declarada, mas foi em 1823 que essa participação

¹² Crise do Real, que aconteceu em 1999 pelos governos que adotaram o movimento de câmbio flutuante, ou seja, o Real era fixado ao valor do dólar americano. Com essa nova medida do governo brasileiro, o Real passou a ser comparado ao dólar na sua demanda e oferta do mercado, não ficando estabilizado em um único valor.

¹³ Produtos manufaturados.

foi assinada. Os acordos entre Argentina e Estados Unidos, eram de questões diversas¹⁴.

O MERCOSUL tem sido muito importante para o governo argentino, pois a Argentina dá mais importância aos termos de comércio, no que resulta que o bloco, apresenta maior porcentagem em termos de exportações para a Argentina. No ano de 1990, as exportações do MERCOSUL para o país chegavam a 16%, depois da sua criação, a porcentagem em 1998 subiu para 37,02%, porém, um decréscimo até 2003 prejudicou muito a relação do bloco com o Estado argentino.

O Brasil sempre foi o principal parceiro em laços econômicos com a Argentina, já que o Estado importava muitos produtos brasileiros, esses laços só cresceram ainda mais depois da criação do bloco. Em relação aos produtos exportados para o Brasil, a Argentina exporta material de transporte (manufaturados) 34,05%, produtos agropecuários 13,09%, produtos químicos 10,81% e refinarias de petróleo 10,07%.¹⁵

Hoje, no governo Kischner, vemos o descontentamento do Estado Argentino com o governo Brasileiro. A dívida Argentina com os fundos abutres, fizeram com que a Argentina parasse de comprar produtos manufaturados do Brasil, responsável pela queda da fabricação dos produtos que o Brasil exportava. Os principais produtos são os manufaturados mesmo, e sendo assim, a Argentina possui o total de exportações mundiais o número de 0,38%.

2.2.3 O Paraguai no MERCOSUL

O Paraguai, o país mais pobre do MERCOSUL, possui uma renda muito baixa dentre todos os países que fazem parte do bloco. É livre de impostos o que ocasiona que os países que fazem fronteiras com ele, como Brasil e Argentina, fazem com o que os cidadãos entrem no país e façam compras e retornem ao seu país de origem, ou seja, livre de tarifas comerciais. O Comércio entre o Paraguai e os outros países não é forte, por se manter uma série de fatores ilegais; como produtos que não são registrados na receita federal, drogas, o que gera um conflito de fronteira e um conflito diplomático entre Paraguai e outros Estados.

¹⁴ Ciências agrárias, tecnologia, meio ambiente, combate ao terrorismo, narcotráfico, tráfico de pessoas, etc.

¹⁵ Dados oficiais da CEPAL.

De acordo com a SECEX, Secretaria do Comércio Exterior do Brasil, o Paraguai e o Brasil possuem um largo comércio agropecuário, entre eles, está o comércio de animais bovinos, leites e laticínios.

A pecuária é um setor de suma importância para a economia do Paraguai. De acordo com o banco central do país, a economia obteve em 2004, crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. Segundo esta instituição, o crescimento foi resultado do excelente ano agropecuário. O Paraguai, décimo quinto maior exportador mundial de carne bovina, embalado pela condição de região livre de febre aftosa com vacinação (reafirmado em 2004) pela Organização Internacional de Saúde animal (OIE), exportou 30% a mais carne que no mesmo período de 2003. A carne bovina também exerce fundamental papel na economia do Uruguai. Dados do Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca indicam que esse produto representa aproximadamente, dois terços do setor agropecuário. Do valor total das exportações uruguaias, que em 2002 somavam 70% do valor total das exportações uruguaias; os produtos de origem bovina representam 39%. (REIS; Danilo)

O objetivo do Paraguai é realmente expandir sua economia juntamente com o MERCOSUL, e por isso, todas as suas exportações são voltadas para o bloco, vindo depois países da América Central e Caribe. Antes da criação do MERCOSUL, os países vizinhos do Paraguai já eram importantes pro mesmo. Metade das exportações paraguaias vai para o bloco, que somente perde as vezes para a União Europeia e a Rússia.

A relação Brasil e Paraguai vem desde os anos 1980, e cresceu notavelmente até nos dias de hoje, porém, hoje Paraguai e Uruguai possuem uma relação econômica mais forte do que ao Brasil. As exportações paraguaias para o Brasil eram de 49,93%, quase metade do total de suas exportações, enquanto que o Uruguai tinha apenas 4,17% das importações paraguaias; em meados dos anos 1996. Logo no início dos anos 2000, o Brasil perdeu espaço para o Uruguai, que passou a ter 22,04% das importações paraguaias e o Brasil, somente com 17,2%. Mesmo não tendo uma participação das importações paraguaias, o Brasil é um fator fundamental para o comércio do Estado paraguaio. Nas exportações, o Paraguai se destaca no setor agropecuário (52,26%), alimentos (18,59%), indústria de couro e produtos (5,69%), indústria têxtil (4,29%), madeira e produtos originários de madeira (2,33%).

Os demais países do bloco, vem perdendo seus laços cada vez mais com o Paraguai devido ao mercado da China, devido aos produtos eletrônicos que são fabricados na China e o Paraguai importam tais produtos para consumo e principalmente, a venda de tais. O mercado chinês não está apenas atrelado ao Paraguai, mas em todos os países hoje, possuem laços econômicos com a China,

porém, Paraguai é um de seus principais parceiros. O Brasil, é mais importante para o Paraguai do que a China, pelo fato de seu mercado ser mais consumidor para os produtos paraguaios.

2.2.4 O Uruguai no MERCOSUL

O Brasil, é o maior parceiro do Uruguai no seu âmbito comercial internacional. Os dois países mantêm uma larga escala de produtos agropecuários. O Uruguai e o Paraguai procuraram no MERCOSUL um meio de inserção competitiva no cenário internacional, procurando também novos acordos fora do bloco. Em relação as importações uruguaias ao MERCOSUL, houve um crescimento depois da formação do bloco. Em 1998, os números eram de 53,33% total das exportações para o bloco.

Desde 1980 o Brasil é um grande parceiro para o Uruguai, até mesmo sendo maior em suas participações do que os Estados Unidos e também maior do que a China. O Brasil, desde a criação do bloco, teve suas exportações ao Uruguai em 34,44% em 1997, tendo apenas uma crise nessas relações em 2005 mas que em 2008, se recuperou para 16,59%. Ainda assim, a Argentina fica atrás com 8,52% das exportações, o Paraguai com 1,8% e a Venezuela com 3,99%. O Uruguai se destaca nos produtos alimentícios, indústria de bebidas, produtos plásticos, substâncias químicas industriais e agropecuária.

Mesmo assim, a China e o Uruguai ainda possui laços comerciais, que desde 2008, as importações chinesas chegaram a uma participação de 10,17% chegando ser até melhor do que a participação com os Estados Unidos, e também a Rússia, que também tinham 9,88% nas participações a exportações uruguaias. O Uruguai sempre tentou aumentar suas participações no bloco, porém, a falta de estrutura e um comércio fraco faz com que a sua participação seja menor, o que resulta na busca de maiores parceiros econômicos para o seu crescimento.

2.2.5 A Venezuela no MERCOSUL

A entrada da Venezuela no bloco do MERCOSUL foi oficialmente acordada na data de 31 de Julho de 2012, logo o Paraguai ter sido suspenso do MERCOSUL pelo golpe de estado pelo presidente Fernando Lugo, que ocorreu em 22 de Junho

de 2012 por uma crise política que resultou num impeachment¹⁶, ocasionando o seu afastamento e isolamento político e não podendo manter laços com os seus parceiros da América latina, o que resultou na sua suspensão do bloco no mesmo ano.

O ingresso da Venezuela na época para o MERCOSUL, causou grandes polêmicas na mídia pelo fato dos empresários venezuelanos não verem nenhum benefício para eles, portanto, o presidente Lula na época que era presidente do Brasil, disse que a Venezuela entrando no bloco, iriam enfrentar dimensões continentais, e assim, aumentar as economias entre o bloco e demais países desenvolvidos. A Venezuela, representa ainda, um PIB estimado de US\$ 1 trilhão, equivalente a 76% do PIB sul-americano. Ainda assim, o Estado Venezuelano possui uma grande reserva de petróleo, o que pode ajudar o bloco. Ainda assim, a Venezuela desde a sua adesão, vem contribuindo com grandes recursos para o MERCOSUL e para os países do bloco.

A mídia critica o governo de Hugo Chávez, apontando falhas profundas que colocam em xeque a instituição democrática venezuelana. As críticas estão direcionadas à limitada liberdade de expressão – uma vez que o Presidente é apontado como censurador de vários canais de comunicação – e à equalização entre os três poderes – neste caso, o poder Executivo se sobreporia aos demais e exerceria muita influência em todas as áreas. Contudo, é preciso ter um olhar mais atento no que diz respeito à democracia venezuelana, pois o governo de Chávez é constantemente julgado e as mídias, que veiculam uma forte carga ideológica, levantam fortes críticas ao seu governo. Dessa forma, é preciso fazer duas análises a respeito da entrada da Venezuela no bloco: uma diz respeito ao caráter da decisão em relação ao Protocolo de Ushuaia e outra relacionada aos ganhos com a entrada da Venezuela no bloco. (MIRANDA, G. S.)

Venezuela e MERCOSUL, possui laços muito pequenos no que diz respeito ao comércio. Quem possui maior laços com o Estado bolivariano da Venezuela, é Estados Unidos e Canadá, América Central e Caribe, porém, o Brasil e a Venezuela, possui grandes parcerias comerciais, como por exemplo, refinarias de petróleo, já que a Venezuela é um grande produtor desse ramo e também o gás natural, que representa 14,77% das exportações. Ainda se referindo ao petróleo, a Venezuela chega a exportar 56,73% para o Brasil, devido suas grandes produções conjuntas neste setor.

¹⁶ Cassação do mandato do político do chefe do poder executivo.

2.3 O Tratado de Assunção

O Tratado de Assunção, foi assinado em de 26 de Março de 1991, formando Mercado Comum do Sul, formalizado na época por 4 países representantes: A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai; países que estavam vinculados a laços históricos tanto culturais, como geográficos e também comerciais.

O objetivo fundamental do bloco, ampliar as dimensões dos mercados-partes, por meio de uma integração entre os países participantes do bloco para assim, se desenvolverem juntos e socialmente. O tratado na sua criação e nos seus decretos, buscava cumprir seus objetivos utilizando todos os recursos disponíveis para garantir a preservação do meio ambiente, melhorar as interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas da complementação dos diferente setores de economia¹⁷, sempre trabalhando com flexibilidade e equilíbrio entre as partes (Estados) participantes do bloco.

O Primeiro capítulo do Tratado, visa os propósitos, os princípios e os instrumentos usados entre os Estados-Partes. O primeiro artigo, denomina que que no MERCOSUL, haveria a circulação de bens, produtos, eliminando os direitos alfandegários e restrições não-tarifárias, para que assim, houvesse uma melhor harmonia entre os países. A adoção de uma tarifa externa comum, (TEC), e uma política comercial comum entre as partes; e também, o cumprimento de acordos e harmonização das suas legislações para que houvesse o fortalecimento de integração dos Estados-Partes, em todos os setores.

O Artigo II diz respeito ao MERCOSUL na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-Partes.

O Artigo III se consolida na base de que os Estados adotariam um regime geral de origem, um sistema geral de controvérsias para os casos dos Estados e cláusulas para salvaguarda.

O Artigo IV, considera que os Estados tenham condições para manter seu comércio interno e externo com os demais países do bloco. No entanto, que as suas legislações sejam aplicadas, para que assim as barreiras entre os países sejam

¹⁷ Tratado Para A Constituição De um Mercado Comum entre A República Argentina, A República Federativa do Brasil, A República do Paraguai e A Republica Oriental Do Uruguai, disponível em: <http://www.tprmercosur.org/pt/docum/Tratado_de_Assuncao_pt.pdf > Acesso em 07/10/2014.

menores, e também, os Estados coordenem as políticas nacionais para normas comuns para o comércio.

O Artigo V constitui-se na ideia de que um programa comercial fosse criado, para que assim houvesse a redução de tarifas, eliminação de restrições tarifárias entre os Estados, estipulando uma data limite até 31 de dezembro de 1994, que na época era a meta do bloco de alcançar todos os objetivos do MERCOSUL. Uma coordenação de políticas macroeconômicas, para a desgravação tarifária e eliminação de restrição não tarifárias. A criação da tarifa externa comum, a TEC, como já foi citada, foi feita para incentivar a competitividade dos Estados do MERCOSUL, e também a adoção de acordos entre outros Estados, não somente dentro do bloco.

No Artigo VI, enfatiza as diferenças pontuais entre a República do Paraguai e a República do Uruguai. O Artigo VII, diz respeito ao produtos originários de cada país, no qual todos devem gozar do mesmo tratamento ao produto nacional. Já no Artigo VIII, visa o comprometimento dos Estados-parte a cumprirem os propósitos até a data estipulada, que já citado, era a data de 31 de Dezembro de 1994, coordenando assim suas negociações internacionais durante o período de transição com os seguintes propósitos:

Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição; c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes a formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração; d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração. (Site Oficial do Mercosul).

O segundo capítulo do tratado, com base no artigo IX, tratará da estrutura orgânica dos Estados. Decide que a estrutura jurídica e a solução de conflitos entre as Partes, fica a cargo do Conselho do Mercado Comum e do Grupo do Mercado Comum.

No Artigo X, diz respeito ao Conselho do Mercado Comum, responsável pela condução de tomada de decisões entre as Partes para assim, verificar se o cumprimento das normas do Tratado está sendo cumprido nas suas formas corretas, no determinado prazo.

Além disso, o mesmo órgão seria integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e de Economia de cada Estado, com reuniões anuais ou quando há necessidade, delimitando que as anuais sejam fixas e com a presença de cada presidente dos Estados. Isso fica estabelecido no Artigo XI do tratado.

No Artigo XII, fica estabelecido que o conselho deve manter a rotação em cada seis meses em ordem alfabética, ou seja, na ordem dos Estados participantes.

O Artigo XIII do tratado, afirma que o Grupo do Mercado Comum, é o órgão executivo do MERCOSUL, e deve ser coordenado pelos ministros, que visa cumprimento do Tratado. Deve também tomar devidas providencias em relação as decisões, impor medidas de soluções para o cumprimento de decisões, coordenação política frente a negociações com outros Estados e intensificar proposta de programas de trabalho para que haja o desenvolvimento interno do MERCOSUL.

O artigo XIV, diz respeito ao Grupo do Mercado Comum, que seria formado por quatro membros titulares e quatro alternados por cada país, sendo eles representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Economia e outros de áreas equivalentes. Também com o intuito de salvaguardar os prazos e definir a dala limite dos acordos. Nas reuniões, devem comparecer representantes de outros órgãos da administração pública e também do setor privado.

O Artigo XV, atesta que o Grupo do MERCOSUL, contaria com uma secretaria administrativa para estabelecer a guarda de documentos e comunicações de atividades e sua sede, ficaria estabelecida na cidade de Montevideú, no Uruguai.

O Artigo XVI, diz respeito a tomada de decisões, portanto, que as decisões tomadas do Conselho e do Grupo do Mercado, sejam definidas pela presença de todos os representantes dos Estados-Partes.

O Artigo XVII, diz respeito aos idiomas oficiais de cada país, que são o Espanhol e o Português e que os documentos oficiais do MERCOSUL, será na língua de cada país sede, onde é realizada a reunião.

O Artigo XVIII, tratava de uma reunião para ter como objetivos a determinação de uma estrutura institucional para os órgãos de administração, para que cada um deles, tenha sua tomada de decisões e suas atribuições específicas.

No Capítulo III do Tratado, irá trabalhar a vigência do MERCOSUL, que com base no artigo XIX, ficaria definido que os instrumentos de ratificação seriam

depositados pelo Paraguai, que também ficaria responsável pela notificação para os Estados de qual seria a data de entrada em vigor no Tratado.

O Capítulo IV do Tratado, diz respeito a adesão dos Estados, que começa no artigo XX fazendo referência que estaria aberto as decisões mediante negociações dos países participantes do bloco, no qual só poderiam fazer solicitações depois de um período de cinco anos após a vigência do tratado.

O capítulo V, irá tratar da denúncia dos Estados-partes, com base no Artigo XXI; o país que desejar sair do bloco, deve comunicar a intenção a todos os países do bloco de maneira expressa e formal, com um prazo de 60 dias para a entrega de um documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, que fica responsável por passar essa denúncia a todos os outros Estados-Partes.

O Artigo XXII, afirma que, logo após a denúncia feita pelo Estado que não desejar mais fazer parte do Bloco, suas condições e obrigações como um membro do Bloco, deixará de existir, voltando a sua originalidade, sem direitos as cláusulas do Tratado de Assunção.

O Capítulo VI, nas suas considerações finais, com base no artigo XXIII, diz que o Tratado passará a se chamar Tratado de Assunção, e no Artigo XXIV, ficaria estabelecido a criação de uma Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, mantendo seus respectivos poderes legislativos e contribuindo para a evolução do MERCOSUL. O Tratado, redigido no dia 26 de Março de 1991 em duas línguas; Espanhol e Português, idiomas oficiais do bloco.

Na época, o Tratado foi assinado pelos seguintes representantes das repúblicas: Argentina: Carlos Saul Menem e Guido Di Tela; Brasil Fernando Collor e Francisco Rezek; Paraguai: Andres Rodrigues e Alexis Frutos Vaesken; Uruguai: Luis Alberto Lacalle Herrera e Hector Gros Espiell.

2.4 Estrutura e Funcionamento

O Protocolo de Ouro Preto, assinado na data de 17 de Dezembro de 1994, foi o Protocolo adicional do Tratado de Assunção, o que mais tarde definiria a estrutura orgânica do MERCOSUL e seus respectivos órgãos.¹⁸

¹⁸ O Protocolo de Ouro Preto foi assinado em 17 de Dezembro pelos pela República da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, mas somente passou a vigorar no Brasil na data de 16 de Fevereiro de 1996, assinado pelo Presidente da época Fernando Henrique Cardoso.

No protocolo, foi definido que o MERCOSUL contaria com órgãos de capacidade decisória, no qual seria o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo de Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).

O Conselho Do Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, é o órgão que trata da condução política¹⁹ do processo de integração e tomadas de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção.

Suas finalidades são formular políticas e promover ações necessárias para o MERCOSUL e exercer titularidade jurídica, firmar acordos com países terceiros e organizações internacionais, em nome do MERCOSUL.

Ter posições sobre propostas feitas ao MERCOSUL, decidir se são benéficas ou não para o Bloco, e assim, firmar acordo; criar reuniões de ministros dos Estados – Partes; designar o Diretor da Secretaria do MERCOSUL.

Tomar decisões em matéria financeira e orçamentária para o bloco e também homologar o Regimento Interno do Grupo do Mercado Comum.

O Grupo do Mercado Comum, (GMC), é responsável pelas decisões adotadas pelo conselho, fixando programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Bloco.

Propõe ainda projetos de Decisão ao Conselho e toma a frente as medidas necessárias para cumprir tais decisões.

Negociar com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para este fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul. (Comissão Parlamentar do MERCOSUL, Protocolo de Ouro Preto, Artigo 14 inciso VII.)

A Comissão de Comércio do MERCOSUL (GMC), tem a função de assistir o Grupo de Mercado Comum, para velar a aplicação dos instrumentos de política comercial acordados pelos membros do Bloco, para assim então, funcionar a União

¹⁹ Estrutura Orgânica e Funcionamento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Aduaneira, acompanhar e revisar temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns.

Suas reuniões são mensalmente, ou sempre que solicitado pelo Grupo do Mercado Comum ou Estado Parte e tomam as decisões vinculadas a administração e a aplicação da TEC, tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum adotada pelos Estados do Bloco; informa ao Grupo do Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação de instrumentos de política comercial.

Revisa as alíquotas tarifárias e itens específicos da Tarifa Externa Comum e estabelece comitês técnicos necessários para cada cumprimento das funções dadas aos Estados e também dirige e supervisiona as atividades dos mesmo.

É coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores, quatro membros titulares e quatro membros alternos e as manifestações serão mediante Diretrizes ou Propostas e cada Diretriz será obrigatória para os Estados – Partes.

A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), é o órgão representativo dos Parlamentos dos membros do Mercado Comum e sua comissão Parlamentar é integrada por Parlamentares Nacionais, com procedimentos internos e também, tem a funcionalidade por meio do Grupo do Mercado Comum, enviar recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Busca a velocidade dos procedimentos internos, para entrada em vigor dos mesmos para que haja uma harmonização das legislações e quando necessário, o Conselho solicita a Comissão o exame de temas prioritários.

O Foro Consultivo Econômico Social (FCES), representa os setores econômicos e sociais e é integrado por igual o número de representantes de cada Estado Parte e tem a função de consultivo e se manifesta mediante as recomendações no Grupo do Mercado Comum e submete seu regimento interno ao Grupo do Mercado Comum.

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM), é órgão de apoio operacional do MERCOSUL, que representa a prestação de serviço aos demais órgãos e tem sede permanente em Montevideú, no Uruguai.

Serve como arquivo oficial da documentação do Bloco; realiza a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do MERCOSUL; coordena as traduções autênticas dos documentos para as línguas oficiais do Bloco; edita o Boletim Oficial do MERCOSUL; organiza aspectos logísticos quanto as reuniões entre os Representantes dos Estados Partes; desempenha tarefas que são designadas pelo

Conselho do Mercado Comum; elabora projetos de orçamento e pratica a execução de tais debaixo da aprovação do Grupo do Mercado Comum e presta contas anuais sobre o bloco ao Grupo.

2.5 Solução de Controvérsias

Para essa solução dentro do MERCOSUL, o protocolo que trata disso, é o protocolo de Brasília e o Protocolo de Ouro Preto. Em 2002, o sistema do Bloco passou a integrar um novo tratado que trataria das Soluções de Controvérsias; o Protocolo de Olivos, que apresentaria grandes avanços significativos em relação ao sistema anterior, para uma melhoria da capacidade de controvérsias, ou seja, normas a serem seguidas pelos Estados membros.

Com base nos Protocolos de Brasília de 1994 e o Tratado de Assunção de 1991, cria-se um novo tratado para analisar as controvérsias entre os Estados – Partes do MERCOSUL, que na época era representado pela República da Argentina, do Brasil, do Paraguai e o Uruguai.

Reconhecendo que a evolução do processo de integração no âmbito do MERCOSUL requer o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias; Considerando A necessidade de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do MERCOSUL, de forma consistente e sistemática; Convencidos Da conveniência de efetuar modificações específicas no sistema de solução de controvérsias de maneira a consolidar a segurança jurídica no âmbito do MERCOSUL (Site Oficial do Planalto Brasileiro)

A Criação do Protocolo de Olivos, se deu na base do protocolo de Brasília pelo fato de algumas deficiências no Protocolo anterior, para criar um novo sistema para que houvesse uma garantia correta para os Estados membros e a aplicação e cumprimentos dos instrumentos fundamentais do processo de integração do MERCOSUL, no que diz respeito entre as controvérsias dos Estados.

Foi assinado em 18 de Fevereiro de 2002 e entrou em vigor no Brasil desde 2004, ratificado pelo Decreto Legislativo 712/03.²⁰ Criou-se então para a solução de

²⁰ Sistemática de Solução de Controvérsias do Mercosul: O Protocolo de Brasília e o Protocolo de Olivos.

controvérsias do Bloco, o grupo denominado como AD-HOC²¹, que é representado como um foro auxiliar do Grupo do Mercado Comum.

O Protocolo define que os Estados quando tiverem alguma controvérsia, resolvam seus conflitos de maneira direta, com um prazo determinado de até 15 dias a partir da data em que um Estado Comunicou que iria iniciar uma controvérsia, para que assim, de maneira pacífica, se resolva e não haja conflito entre as partes.

Para que isso aconteça, qualquer Estado deve comunicar a sua iniciativa ao Grupo do Mercado Comum por meio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, e se assim, não chegar a uma negociação direta, os mesmos devem partir para um procedimento Arbitral²².

O Protocolo trouxe avanços a nova solução de controvérsias que se criou novas implementações no sistema do MERCOSUL, como por exemplo, a criação de um Tribunal Permanente de Revisão (TRP²³); Implementação de mecanismos de regulamentação das medidas compensatórias; Criação de normas procedimentais inspiradas na OMC²⁴, como as que determinam o objeto da controvérsia seja limitado na reclamação e respostas ao Tribunal AD Hoc; Intervenção do Grupo do Mercado Comum, possibilidade de eleição de foro e Reclamação dos particulares.

Mesmo assim, as características básicas do Protocolo de Brasília foram mantidas, como a solução de controvérsias, que seria mantida por meio de arbitragem, onde não haveria uma instancia judicial supranacional; Os Estados continuariam dependendo dos governos nacionais para apresentarem suas demandas, o sistema continuaria sendo provisório, e só seria modificado se houvesse um processo de convergência da tarifa externa comum.

O objetivos que formaram o Tratado de Assunção que tinham como meta criar um Bloco de livre circulação de bens e pessoas num período de 4 anos, se tornou impossível. O aumento crescente do comércio dentro do bloco, desde a criação do Tratado de Assunção, trouxe uma grande desvalorização para o Brasil, que

²¹ Constituído para decidir sobre a presente controvérsia em conformidade com o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.

²² Arbitragem é uma modalidade rápida e eficaz de solução de litígios, realizada com a mesma eficácia do Poder Judiciário e, se for condenatória, é detentora de força executiva. Pode ser utilizada em qualquer questão que envolva direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, aqueles nos quais as partes podem transacionar contratos em geral, (civis, comerciais, e trabalhistas).

²³ Garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos jurídicos fundamentais do processo de integração.

²⁴ Organização que avalia as relações comerciais e que possa zelar pelo interesse de países que sofrem pressões e que, em vários casos, ficam prejudicados.

ocasionou grandes déficits na balança comercial Argentina²⁵ e nisso resultou a paridade cambial do Estado, no que mais tarde se espalhou para todos os Estados – Partes do MERCOSUL. Por tais motivos, a criação do Sistema de Solução de Controvérsias, para permitir a legalidade e estabilidade jurídica dos países.

Para tanto, o sistema prevê as seguintes fases: (a) Negociações diretas entre os Estados Partes; (b) Intervenção ao Grupo Mercado Comum, não obrigatória e dependente da solicitação de um Estado Parte; (c) arbitragem *ad hoc*, por três árbitros; (d) recurso, não obrigatório, perante um Tribunal Permanente de Revisão; (e) recurso de esclarecimento, visando elucidar eventual ponto obscuro do laudo; (f) cumprimento do laudo pelo Estado obrigado; (g) revisão do cumprimento, a pedido do Estado beneficiado; (h) adoção de medidas compensatórias pelo Estado beneficiado, em caso de não-cumprimento do laudo; (i) recursos, pelo Estado obrigado, das medidas compensatórias obrigadas. (BARRAL, Weber; O Protocolo de Olivos e o MERCOSUL)

O Tribunal Permanente de Revisão (TPR), busca a maior homogeneidade nas decisões proferidas no sistema do Bloco, com estabilidade e confiabilidade, com cinco árbitros no qual cada Estado deve reger um árbitro e um suplente no período de dois anos e o quinto arbitro seria designado pelo Estado representante que estaria no lugar naquele ano. Sendo assim, o próximo arbitro fica por um período de 3 anos²⁶.

As fases do sistema de controvérsias se dão da seguinte forma: As negociações diretas tem prazo de 15 dias, as intervenções do Grupo do Mercado Comum é de trinta dias. A arbitragem *ad hoc* para designação dos árbitros nacionais de quinze dias e para o arbitro presidente também, a aceitação pelo arbitro presidente é de 3 dias e o laudo arbitral está num período de 30 a 60 dias. O recurso de esclarecimento é de quinze dias.

Passados todos esses processos, se dará então as medidas provisórias, onde os recursos de revisão começam a entrar na mediação. O prazo dos Estados envolvidos é de quinze dias, e a designação para o presidente é de 1 dia apenas. A contestação do recurso pelos Estados é de quinze dias para que o pronunciamento do TPR possa contestar em quinze dias e seu pronunciamento seja feito após trinta dias a após as contestação e logo após, o recurso de esclarecimento seja feito em até quinze dias após o TPR.

²⁵ Desvalorização do Peso argentino em relação ao dólar, contribuiu muito para que as vendas comerciais da Argentina caíssem.

²⁶ Protocolo de Olivos, art. 18: “Artigo 18. Composição do Tribunal Permanente de Revisão”.

Logo após os recursos, serão cumpridos os laudos feitos pelo TPR, onde a comunicação da forma de cumprimento pelo Estado obrigatório se inicia, num prazo de quinze dias. O prazo em que o Estado deve cumprir é de trinta dias a partir da comunicação. O recurso do cumprimento é de trinta dias e a decisão do tribunal respectivo é de trinta dias.

As medidas compensatórias são as últimas técnicas a ser tomadas pelo tribunal, onde cada um deverá cumprir as medidas aplicadas a cada Estado. As informações ao Estado afetado, é do mínimo quinze dias de antecedência a aplicação da medida, os recursos das medidas compensatórias é de 15 dias, a decisão do tribunal respectivo é de trinta dias e o final é o cumprimento da decisão da adequação das medidas compensatórias num período de dez dias.

Vemos então que o protocolo de Olivos, trouxe uma nova perspectiva ao MERCOSUL em relação as controvérsias, que para isso, esclareceu os procedimentos do bloco. A criação do tribunal ad hoc, foi feito para ditar novas medidas para impedir danos graves e irreparáveis aos Estados, e assim, uma hegemonia política entre as Partes.

Os tribunais criados para o MERCOSUL, implicaram na modificação em todas as constituições dos países partes, fazendo com que assim, eles admitissem um órgão para que seja resolvido os conflitos de maneira pacífica, de ordem supranacional e para que assim, as barreiras entre os Estados não existam, ou diminuam de forma gradativa.

2.6 A Importância do MERCOSUL

O MERCOSUL desde a sua criação, sempre procurou primeiramente a harmonização entre os Estados-Partes e uma hegemonia entre eles, portanto, sempre buscou almejar uma harmonização das legislações. Desde a sua criação, não faltaram críticas afirmando que o MERCOSUL seria mais um bloco de fracasso, e assim, vários países desenvolvidos condenaram o MERCOSUL dizendo que ele não iria trazer benefícios para os Estados, mas que seria uma forma de regressão a união aduaneira e apenas o que seria beneficiado, seria e o livre comércio.

Depois da criação do MERCOSUL, o Brasil em suas alianças econômicas com outros países da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa e o Suriname incluindo os Estados-Partes cresceram. Com isso, o Brasil expandiu não

somente sua economia com os países da América do Sul, mas também com outros países como é de exemplo da Relação Brasil – México, com uma aliança comercial de grande escala no setor automobilístico, onde o Brasil fornece mais produtos para o México, ficando atrás dos Estados Unidos e da União Europeia.

Contanto, o MERCOSUL não somente ajudou o Brasil, mas também os países do Bloco formando assim um aumento de 13 vezes mais desde a sua criação²⁷. A relação do bloco com o Brasil rendeu mais de US\$ 45,5 bilhões e com a Venezuela após a sua adesão ao Bloco, o Brasil passou a render juntamente com o Estado Venezuelano o valor de US\$ 7,6 bilhões para o Bloco. A relação da União Europeia, China e EUA com o MERCOSUL vem crescendo cada vez mais, numa margem de mais de 50% das exportações do Bloco para eles.

Em relação à crítica de que o Mercosul impede uma maior participação dos Estados Partes no comércio mundial, é necessário levar em consideração que, entre 2003 e 2011, as exportações extrazona do bloco foram multiplicadas por 4. Em contraste, as exportações mundiais foram multiplicadas por um fator de apenas 2,8. Em outras palavras, as exportações do Mercosul cresceram bem mais que o aumento do comércio internacional. Coisa semelhante aconteceu com os investimentos. Hoje em dia, muitas empresas Brasileiras tem investimentos, e projetos de vulto no Mercosul e em toda a América do Sul. O Mercosul não só aumenta mais sua participação no comércio mundial porque muitos países desenvolvidos não aceitam, nas negociações, a liberação do comércio agrícola e, por outro lado, propugnam intransigentemente por uma maior abertura do comercio de manufaturados. O Mercosul e o Brasil, ao contrário da Aliança, preferem um bom acordo a qualquer acordo. (MERCOSUL, rumores exagerados)

Podemos dizer que o avanço do MERCOSUL juntamente com o Brasil, foi uma peça fundamental para a construção de uma nova diplomacia Brasileira, para que assim, o Brasil tivesse mais participação nas suas relações exteriores dentro e fora do bloco e como vemos, o MERCOSUL proporcionou isso para o Brasil e para os demais Estados Partes. Como sabemos, o Brasil é o maior país do bloco desde a sua criação e também possui a maior participação dentro do bloco.

O MERCOSUL representou o primeiro processo de integração Sul-americano, afim de obter resultados concretos e a abrir alternativas regionais para uma melhor inserção internacional²⁸. Com isso, o bloco vem cada vez mais vem se aprofundando em seus estudos para uma melhoria na inserção internacional, para juntamente com

²⁷ Com isso, os Países do Bloco simplesmente tiveram aumento em sua economia e suas exportações tanto para os países parceiros e fora do bloco aumentaram.

²⁸ Paulo G. Fagundes Vizentini, pesquisador do Núcleo de Relações Internacionais e Integração; O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul.

os Estados membros, crescerem e alargarem as suas economias de uma maneira igualitária.

Falando do Brasil ainda, vemos que na constituição de 1988²⁹ antes mesmo de ser criado o MERCOSUL, existe a menção de uma integração econômica, política, social e cultural, visando à formação de uma comunidade latina americana de nações³⁰. No caso do Brasil, o que podemos notar é a grande qualificação para o comércio de manufaturados e a agropecuária, dois setores mais crescentes no país e representativo para o economia do Estado. Devido a isso, vemos que o MERCOSUL para os países, é um destaque democrático, no sentido de estar alargado comercialmente com outros países, sendo exemplo para os seus vizinhos.

Como sabemos, o Brasil só tem se destacado no cenário Mundial, por ser reconhecido como uma das economias mais dinâmicas do mundo³¹. O Brasil sempre apoiou seus setores econômicos, subsidiando, investindo na infraestrutura e apoiando cada vez mais e influenciando o comércio internacional. Com isso, o resultado que vem é que o Brasil hoje, é a 7ª Economia do mundo, o que faz representar cada vez mais a sua capacidade internacional e nacional. Por este motivo, o Brasil vem sendo assunto nos grandes temas internacionais, graças ao MERCOSUL, que ajudou tanto o Brasil, a se tornar uma nação mais complexa. Hoje, o Brasil possui relações diplomáticas com quase todos os países do globo, tornando-se assim, uma diplomacia mais visível.

O que diferencia o Brasil dos outros países do bloco, é a sua fronteira geográfica, por ter uma grande área litorânea e assim facilitar o acesso a todos os países pelos seus portos, responsáveis pelo comércio internacional, que conta hoje com mais de 40 portos e assim, tornando fácil o acesso para a importação e a exportações brasileiras.

Vale ressaltar ainda, que o Brasil juntamente com os países do MERCOSUL tem uma aliança que permite que as pessoas circulem entre os países vizinhos sem pagar o visto, o que nos proporciona uma maior relação com nossos parceiros regionais, sem diferenças, sejam elas étnicas, religiosas ou culturais.

²⁹ Art. 4º, Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

³⁰ DALLARI, P. B. A; Mercosur – Mercosul, p.46.

³¹ O Brasil e o Futuro do Mercosul; disponível em <<http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2012/04-o-brasil-e-o-futuro-do-mercosul.pdf>>.

Também temos que citar, que as indústrias brasileiras passaram a ter uma visão mais ampla e internacional para os seus negócios, empresas multinacionais que desejaram ter uma economia mais larga, passaram a instalar suas filiais em outros países, e isso se dá após o nascimento do MERCOSUL. O índice de crescimento dessas empresas é de 16% em 2010 e 18% em 2012³², o que é bom tanto para as empresas quanto para o Brasil em especial, tornando-se mais uma vez reconhecido no âmbito dos negócios internacionais e assim, criando novas expectativas para o futuro.

Vemos que, o MERCOSUL trouxe benefícios para o Brasil em grande escala, sua expansão econômica e política é visível, e que cada vez mais, o Brasil cresça juntamente com o bloco, para que assim consiga exercer um papel fundamental na sociedade internacional, tornando-se cada vez mais essenciais na vida de cada cidadão brasileiro para que eles, reconheçam a importância do seu país e que futuramente, novos especialistas tenham novas ideias para o crescimento do nosso país. Quanto ao MERCOSUL, sabemos que o bloco ainda tem muito a crescer, mas cabe aos Estados Partes fazerem as suas contribuições.

³² Jornal O Globo.com

Capítulo 3 – O Brasil no MERCOSUL

3.1 A Diplomacia Brasileira em relação ao bloco

Com o surgimento do MERCOSUL e a criação do tratado de Assunção, os Estados Partes começaram a reformular suas diplomacias para o momento que iriam enfrentar, para juntos, formarem uma aliança aduaneira, com normas supranacionais e assim, se adaptarem a novas perspectivas. Foi assim, que a diplomacia de cada Estado começou a ser reformulada.

Para tanto, os Estados buscariam uma nova forma de atuação conjunta para criarem uma diplomacia única voltado para MERCOSUL e assim, formarem uma diplomacia internacional para negociações futuras. Hoje, no âmbito do bloco, podemos notar sua estrutura que são os ministros das relações exteriores que comandam os grupos de frente e de negociações, como já citados anteriormente, que é o caso do Conselho do Mercado Comum, o órgão mais importante do MERCOSUL.

A carreira diplomática brasileira é uma das profissões mais promissoras que existe no Brasil, pelo fato de seus profissionais antes mesmo de serem diplomatas, serem altamente preparados para enfrentar externamente, como por exemplo, países que possuem conflitos internos, guerras e assim por diante. Constitui-se um diplomata quando se passa no concurso do Instituto Rio Branco (IRBr), constituído hoje por 4 fases. Passados essas fases, o novo diplomata assumirá seu primeiro cargo como de terceiro-secretário, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, ministro de segunda classe e ministro de primeira classe, o embaixador.

Para chegar ao cargo de embaixador, deve se passar por um treinamento extremo e rígido, afinal, o diplomata brasileiro deve representar o Brasil muito bem externamente, fazer negociações internacionais em nome do Brasil³³. Além disso, deve promover a paz e a cultura brasileira, mostrar que o Brasil é um país forte na sua diplomacia e assim, formar novos parceiros e ampliar a política externa para o Brasil.

Com relação ao MERCOSUL, a diplomacia brasileira sempre esteve envolvida não somente com o bloco, mas também com seus vizinhos, e antes

³³ Site oficial do Instituto Rio Branco (IRBr), disponível em: <http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/a_carreira_de_diplomata.xml>.

mesmo da criação do bloco, já existia uma livre diplomacia entre Brasil e Argentina, com seus laços comerciais alargados e uma troca de bens e pessoas muito ampla. Os Estados da América do Sul e Latina, sempre visaram ampliar a sua esfera, ou seja, a sua posição internacional perante os países desenvolvidos, e foi assim que o âmbito sul-sul começou a nascer, com objetivos comuns entre os Estados.

Mas foi em meados da década de 1990, no governo de Itamar Franco, que o Brasil começou a ter notoriedade no âmbito sul-sul e assim, uma importância maior para a diplomacia brasileira, que davam ênfase para essas relações. Com o fim da Guerra-Fria em 1991, novas mudanças começam a ocorrer para todos os países, os poderes começaram a se transformar e uma nova ordem internacional começou a ser inserida. O Brasil vem competindo há tempos com outros países de grande inserção internacional e isso o acarretou de levar a uma necessidade de reinserção na economia internacional.

Desde a criação do MERCOSUL, o objetivo entre os países era investir em tecnologias de ponta, para que assim a economia dos Estados Partes se alavancassem fortemente. O que se sucedeu, foi o contrário do que se esperava. Para a diplomacia Brasileira, isso não foi um sucesso, pois o que ocorreu entre os Estados, foi apenas a troca de pessoas entre os países e assim, a diplomacia entre eles começou a ficar mais forte mas em laços econômicos para seus próprios interesses. Um exemplo que podemos citar da diplomacia dos Estados Partes, foi quando o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL) foi criado, com o objetivo de aprofundar o processo de integração regional do Cone-Sul, por meio da redução das assimetrias, do incentivo à competitividade e do estímulo à coesão social entre os países-membros do bloco³⁴.

Foi criado em 2004 e entrou em vigor no ano seguinte, em 2005, visando a criação de planejamentos para a infra – estrutura e economia dos países menos desenvolvidos do MERCOSUL, para que em tais países, fossem estimuladas a criação de novas produtividades e um desenvolvimento social crescente, relacionados também a zona de fronteira e principalmente, dar apoio a estrutura do bloco.

Desde a criação do FOCEM, vários programas já foram financiados, alguns, estão eles: O programa de convergência estrutural, que visa o desenvolvimento da

³⁴ Ministério do Planejamento.

economia e estrutural dos Estados, buscando sempre a modernização dos meios de transportes, a ampliação dos estudos dos biocombustíveis e combustíveis fósseis; transportes e energia elétrica; estrutura hídrica e saneamento ambiental. Programa de desenvolvimento da competitividade; que trabalha para que as produtividades do MERCOSUL sejam aumentadas, para que a reorganização trabalhista facilite a criação do comércio dentro do bloco; o Programa de Coesão Social, que visa a criação de projetos sociais para beneficiar os cidadãos e trabalhar no desenvolvimento social para os mesmos, áreas para a saúde, a redução da pobreza e trabalhar contra o desemprego; o Programa de fortalecimento da Estrutura institucional e do Processo de integração, que trabalha para que a estrutura do MERCOSUL seja melhorada a cada dia e aumentar a sua eficiência e evolução.

Para isso, vemos que a criação do bloco foi mais que necessária para que a América do Sul tivesse um imenso crescimento, e assim, se desenvolvesse externamente e unisse suas forças para o objetivo da criação de um mercado comum entre as partes. A América do Sul, é essencial não somente para o MERCOSUL, mas para os seus países membros, o Brasil é um importante ator desse crescimento desde a criação do bloco. Isso mostra, que o Brasil ainda pode se tornar um *global player*, para que possa atuar ainda mais no cenário internacional e expandir sua economia.

Não temos dúvidas que o Brasil está à frente nas suas relações exteriores com os outros Estados comparados com seus membros vizinhos, apesar devido algumas dificuldades por se tratar de um país subdesenvolvido, está liderando as negociações internacionais no seu âmbito regional, e isso, acarreta muitos benefícios para o Brasil e visto tudo isso, a diplomacia brasileira só tem melhorando os resultados do Brasil. O Brasil se mantendo como líder regional, é necessário que ele continue expandindo suas negociações e ampliando seus negócios com países benéficos ao Brasil, países do primeiro mundo e que sejam parceiros e aliados econômicos do Brasil.

As dificuldades que o Brasil ainda encontra até mesmo com seus parceiros, são as medidas protecionistas³⁵, que barram os negócios do Brasil com seus

³⁵ Segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, protecionismo é definido como: Sistema de proteção da indústria ou do comércio nacional, concedendo-lhes o monopólio do mercado interno e onerando de taxas mais ou menos elevadas os produtos da indústria estrangeira; ou seja, o aumento das tarifas dos produtos internos, para que assim, dificulte o comércio dos mesmos e sejam mais favorecidos internamente do que externamente.

parceiros internacionais, o que vem tomando conta desde a criação do MERCOSUL, que torna mais difícil uma parceria com os países membros do bloco. Como por exemplo, no governo de Cristina Kirchner, as barreiras protecionistas foram tantas que acabou dificultando a relação Brasil-Argentina, o que ocorria era que os produtos internacionais seriam mais difíceis de entrar no país, num aumento de 30% dos produtos dentro do MERCOSUL. Assim, a diplomacia entre os países se dificulta ainda mais, o que faz com que os Estados tenham barreiras, e nessas barreiras, eles podem até mesmo perder laços políticos e econômicos.

Sendo assim, sabemos que o Brasil e os outros países, tiveram seu crescimento conforme a sua capacidade internacional e assim, muitas coisas foram reformuladas, como por exemplo, a busca pela inserção no cenário internacional. A Diplomacia brasileira em si, tem trabalhado para que o Brasil seja bem representado, conseguir novas conquistas para o Brasil. Em relação ao MERCOSUL, a diplomacia tem trabalhado no crescimento do bloco para assim, formar uma união dos países membros. Em relação ao MERCOSUL, o Brasil tem investido economicamente para o crescimento do bloco, no que diz respeito às políticas, as regras e as normas do MERCOSUL, o Brasil toma a frente de todas elas, tornando-se líder regional.

3.1 O Governo FHC

Fernando Henrique Cardoso, foi o presidente do Brasil dos anos 1994 até o final 1997, mas em 1998 se reelegeu 2002. Em 2003, quem assumiu o cargo de presidente, foi Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Henrique, FHC como é chamado, foi um presidente de teoria neoliberalista³⁶ com missão logística do Estado³⁷. Cardoso ainda, concretizou o conceito de globalização assimétrica³⁸.

FHC adotou várias formas políticas em seu governo, como por exemplo, o multilateralismo. As relações internacionais de seu governo, foram feitas de modo transparente, de uma maneira que os cidadãos conseguissem enxergar o que acontecia e FHC ainda, buscava um comércio exterior mais visível também, de

³⁶ Forma de ver e julgar o mundo social ou um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos.

³⁷ CERVO, Amado Luiz. História da Política exterior do Brasil, p. 525

³⁸ De acordo com Manuel Castells; Sociólogo Espanhol, o crescimento da globalização gera desigualdades, pois, o que se dá mais importância, é no capital, mas mercadorias, o que ocasiona a desigualdade. Assim, se dá o conceito de globalização assimétrica.

forma que conseguisse expandir as importações e exportações, para que o fluxo de mercadorias crescesse juntamente com o Brasil. Ainda assim, FHC pretendia que os direitos humanos e da mulher fossem preservados, de uma maneira que todos fossem respeitados, a minoria em escala mundial³⁹. Na sua política externa, FHC queria uma diplomacia mais ampla, no sentido de dar preferência as organizações multilaterais⁴⁰.

Ressaltando, que no governo FHC houve uma maior estabilidade econômica logo após o Plano Real⁴¹, combatendo a inflação que havia perdurado por muito tempo. Ele sempre almejou uma economia estável para o seu governo, para benefício das empresas brasileiras e um novo internacionalismo econômico, para a criação de um novo modelo pragmático de gestão⁴².

O governo FHC também ficou marcado por diversos outros temas que marcaram o Brasil, como por exemplo, a privatização de estatais brasileiras, para a diminuição de gastos públicos e impedir que a inflação voltasse, para que a economia brasileira fosse estável no seu governo. Em sua política neoliberal⁴³, FHC privatizou essas estatais para que assim, a moeda Real ficasse em uma escala igualitária ao do dólar.

Ainda em sua administração, FHC também optou por medidas regionalistas, pois pretendia realizar compensações econômicas e reforçar um poder político⁴⁴. Foi assim que o Brasil começou a ter parcerias no âmbito sul-sul, um exemplo disso é a parceria entre Brasil e Argentina e também a elevação do MERCOSUL para a sua ampliação internacional, com o objetivo de expandir o bloco⁴⁵.

Para o MERCOSUL, foi no governo de FHC que entrou em vigor a Tarifa Externa Comum (TEC) em 1995, segundo ano de seu primeiro mandato, no qual alcançou um mercado comum de âmbito internacional. Desde então, o MERCOSUL

³⁹ CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula, p. 06

⁴⁰ Organizações Internacionais que são criadas pelas principais e grandes nações do mundo para trabalhar nas questões sociais e no desenvolvimento das atividades humanas, como Sapude, segurança, política e economia. Ex: Onu, Unesco, Bird, FMI, OMS e entre outras.

⁴¹ Programa Brasileiro para estabilização econômica para impedir a inflação que havia no Brasil na época. Foi criado no governo de Itamar Franco para a valorização do Real e a diminuição de gastos públicos.

⁴² BARRETO, V. C. P; Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos: Princípios, alterações e continuidade, p. 07

⁴³ Política neoliberal é o termo que é usado para definir que o Estado tenha maior parte na economia, por meio de políticas e ideias capitalistas e que o comércio seja crescente, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

⁴⁴ CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula, p. 06

⁴⁵ Idem.

passou a ter vários parceiros, tantos vizinhos como outros Estados de outros continentes e também o pedido de adesão da Venezuela para a adesão do bloco. As negociações foram de longo alcance, na época, Estados Unidos e União Europeia tiveram grande ênfase para o bloco, o que ocasionou um significativo aumento de importações e exportações brasileiras⁴⁶.

As novas condições psicossociais conduziram naturalmente à criação da zona de paz no Cone Sul, com impacto positivo sobre a América do Sul. Após haverem cultivado a rivalidade histórica durante séculos e atingido a capacitação plena para produção de armas nucleares, Brasil e Argentina abandonaram a corrida armamentista, jogaram a bomba no lixo e implantaram um sistema único no mundo de confiança mútua por meio de instrumentos jurídicos e operacionais. A cláusula democrática contribuiu para este fim, como também para dissuadir assaltos ao poder tão frequentes na história regional. (CERVO, Amado Luiz; Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. 2002, p. 25)

Com tudo isso, o comércio no governo FHC foi estimulado, chegando a alcançar uma margem de 180% de crescimento nas importações e exportações, calculados 18,2 bilhões de dólares no ano 2000. Em conta do seu regionalismo, Estados da América do Sul passaram a ser maiores compradores do Brasil, como no caso do Paraguai que se tornou o oitavo maior comprador do Brasil, frente da Inglaterra⁴⁷. Pode se dizer que ainda, o MERCOSUL passou a ser reconhecido na esfera internacional, e passou a trabalhar diversos assuntos de interesses internacionais, como justiça, educação e cultura para os países que o integravam naquela época.

O MERCOSUL e os outros blocos passaram a ter mais relações comerciais com o Brasil, como por exemplo, União Europeia e Comunidade Andina, se tornaram principais laços comerciais do Brasil, o que podemos dizer, que isso apenas beneficiou o Brasil até nos dias de hoje, vemos a crescente expansão que o Brasil tem feito e como vem crescendo a cada dia.

O governo de FHC, foi marcado por uma grande teoria internacionalista, sempre apoiando uma autonomia e ganhos absolutos, poder de barganha ampliada e respaldo na comunidade internacional robustecido⁴⁸. Sempre buscou o aumento

⁴⁶ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ BARRETO, V. C. P. Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos: Princípios, alterações e continuidade, p. 08. Disponível em: <
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198653/000847487.pdf?sequence=1>>

do Brasil nos mercados internacionais⁴⁹. O MERCOSUL, é um bloco que se expandiu no governo FHC, isso reflete até nos dias de hoje, sendo mais visível no âmbito internacional, com uma diplomacia reconhecida e com uma globalização crescente.

Nas Américas, a diplomacia brasileira trabalhou ativamente para que o patrimônio de impecável boa convivência com nossos vizinhos se traduza cada vez mais em cooperação e integração. Sem prejuízo da defesa sempre firme dos interesses nacionais, o Brasil manteve-se fiel à sua tradição de buscar conciliar esses interesses com os de nossos vizinhos, em fórmulas capazes de produzir avanços em benefício de todas as partes envolvidas. Em síntese, deu-se continuidade a uma linha de conduta que, historicamente, tem feito da política externa um fator de credibilidade para o País e assegurado o seu lugar como participante respeitado e influente da vida internacional. O governo do Presidente Fernando Henrique trouxe, no entanto, novos e fundamentais ativos para a projeção externa do Brasil. (Luiz Felipe Lampreia; A Política externa de FHC: Continuidade e renovação)

Chegamos à conclusão, de que o governo FHC, foi multilateral, alcançando novas perspectivas internacionais, a estabilidade econômica do Brasil, a valorização do Real e o alcance do MERCOSUL para o mundo. Mas não só viveu de benefícios; Fernando Henrique fez com que o comércio exterior tivesse uma estabilidade de preços, o que é ruim para os países. Se o preço dos produtos fica estável e não tem um aumento em determinado fluxo, o comércio decai, o que faz com que a qualidade da mão de obra e a produtividade, caia sobre os produtos, prejudicando assim, o comércio. Enfim, as vantagens foram maiores em seu governo, mas com base nisso, o Brasil tem que investir muito ainda em seu comércio, ampliar mais seus horizontes internacionais e principalmente, valorizar os seus produtos⁵⁰.

3.2 O Governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido por Lula, se tornou presidente do Brasil em 1º de Janeiro de 2002, aliado do Partido dos trabalhadores (PT), se tornando o primeiro presidente do Brasil do movimento esquerdista⁵¹, ideias que

⁴⁹ Principais setores: primário, secundário e terciário.

⁵⁰ Produtos manufaturados, principal base do comércio exterior Brasileiro, uma das maiores rendas de exportação.

⁵¹ Movimento de esquerda denomina-se aos partidos políticos que segue a ideologia de Karl Marx; o Marxismo, que defendia a luta contra o capital, o que se aplica hoje nos governos políticos de esquerda.

seguiu em seus primeiros anos de governo em ações sociais para o Brasil, para conseguir combater a extrema pobreza de alguns povos brasileiros que viviam em condições extremas, chegando mesmo a escassez de água e comida. Em seu discurso do segundo mandato, Lula cita:

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada. Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. (Luiz Inácio Lula da Silva; discurso de posse em 1º de Janeiro de 2007).

Lula foi um presidente que também lutou pela estabilidade econômica, para que o Brasil crescesse sem crise. Lula buscou em seu governo, acordos com diversos blocos econômicos e também em especial com parceiros vizinhos, países da América do Sul com o objetivo de expandir o comércio. Lula deu continuidade na política econômica que FHC havia estabelecido em seu governo e assim, trabalhou para um país melhor. Em relação a China, o governo de Lula falhou, fazendo com que o comércio entre Brasil e China fosse perdendo seu impacto e com que as exportações brasileiras crescessem menos que as importações⁵².

Em relação a expansão do governo de Lula, o presidente em seu primeiro governo realizou 56 viagens e em 35 países diferentes, o que é pouco ainda para o Brasil. Em contrapartida, Lula recebeu vários presidentes de outros Estados, contados 39 países diferentes. Visto isso, vemos que o governo de Lula em relação a expansão da política externa brasileira foi fraca, Lula quis investir mais dentro da América do Sul, pois dizia que investir no âmbito sul seria um passo para o crescimento internacional.

Lula também adotou uma política de que o Brasil manteria um certo afastamento dos países capitalistas⁵³, tornando uma volta para o passado. Se Lula queria manter distância de certos países capitalistas, logicamente que a política externa do Brasil não cresceria, ela iria regredir. Países capitalistas são de grande ajuda para os países em desenvolvimento, principalmente para o Brasil em diversas áreas. O Estado brasileiro, possui fácil acesso ao comércio exterior, devido a sua

⁵² VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002> Acesso em: 28 outubro 2014.

⁵³ Idem.

larga costa litorânea que proporciona maior facilidade para entrada e saída de produtos. É importante ressaltar que o Brasil, hoje possui uma parceria com países de primeiro mundo e assim, facilita a entrada de pessoas e produtos e o comércio internacional se tornou mais livre para as nações.

Ainda que o governo Lula tenha trazido muitos benefícios para o Brasil, o protecionismo sempre existiu e como já citado, à medida em que o protecionismo do Brasil cresce, a compra de outros produtos internacionais fica mais difícil. No governo Lula um grande crescimento de protecionismo, o maior que o Brasil já viu e hoje, ainda existe essa barreira entre o Brasil e outros Estados.

Notamos que, os governos FHC e Lula tiveram grandes diferenças em seus mandatos, FHC em suas relações internacionais, defendia que os interesses com países regionais eram prioridades, Lula em seus primeiros anos de mandato, fez programas de ações sociais trabalhando na desigualdade social que o Brasil enfrentava na época, enquanto FHC no seu governo, trabalhava por mais capital para o Brasil.

Lula ainda criou, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que visava uma maior relação do Brasil com outros Estados e assim, integrar o continente sul-americano no âmbito “político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura” nos moldes da integração feita em outras partes do mundo, como na Europa. Criado em 2004, no governo Lula, integrou Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela; o objetivo da CASA, era criar uma zona de comércio entre os países da América do Sul sem pagar tarifas comerciais, se igualando ao NAFTA⁵⁴. Em relação ao MERCOSUL, Lula deu continuidade nos acordos firmados que FHC havia deixado, como por exemplo, os acordos com a Comunidade Andina das Nações (CAN)⁵⁵, que trabalhava na expansão de infraestrutura dos blocos, como transportes, comunicação e energia, e um desses projetos era a ligação do estado do Acre ao pacífico, que na época teve um apoio de 40 milhões de dólares para um fácil acesso ao comércio entre os blocos e outros países, como os países da América Central.

⁵⁴ Em inglês, North America Free Trade Agreement (Tratado Norte Americano de livre comércio), foi criado em 1993 um acordo entre Estados Unidos, México e Canadá para a livre circulação de bens sem tarifa comercial. Outros objetivos ainda dos EUA, foi criar postos de trabalhos em território mexicano para favorecer a população, por se tratar de uma economia emergente.

⁵⁵ União aduaneira que possui esse nome por sua localização na cordilheira dos andes, tendo como participantes os países Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Brasil possui acordos com a Comunidade Andina de Nações e possui vínculo como país observador.

Em relação aos seus vizinhos, em seus primeiros anos de mandato, Lula procurou buscar parceiros vizinhos, o que pra ele traria benefício primeiro internamente e depois, para as Relações Internacionais do Brasil. Lula participou do Grupo amigos da Venezuela, programa criado para colaborar na estabilidade econômica do país, que sofria com quedas econômicas e inflação em seu mercado interno. Com relação a Argentina, Lula disse que essa parceria, era fundamental para o crescimento do MERCOSUL, pois Argentina e Brasil juntos, podiam melhorar o bloco, fazendo um criando dinâmico e um maior processo de integração econômica.

O MERCOSUL, sempre foi a prioridade dos governos brasileiros, por ser um instrumento de aumento da participação econômica no cenário internacional desde o governo Sarney⁵⁶, para uma melhoria da América do Sul, e Lula, ainda ressaltou que o progresso da América do Sul, é por uma aproximação política, social e cultural entre os países e que o MERCOSUL é uma estratégia para o aprofundamento que existe entre as nações que o integram. (Lula da Silva, 2002)

Analisando a integração sul-americana e do MERCOSUL definidas como a principal prioridade, oferece-se aos vizinhos uma parceria necessária para retomar o crescimento da economia, condição indispensável para que a integração deixe de ser virtual, e a possibilidade de uma ação estratégica no plano global que reverta a marginalização crescente que a região está sofrendo. Apenas a integração regional poderá garantir a governabilidade e desenvolvimento para toda a América do Sul e ser um instrumento indispensável nas negociações da ALCA. (VIZENTINI; Paulo G. Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul, p. 91)

Considerando a diplomacia de Lula, vemos que a sua inserção internacional foi trabalhar regionalmente, junto com o MERCOSUL, para um avanço maior no cenário internacional. Por conseguinte, Lula investiu regionalmente e junto com o Brasil, firmou mais acordos dentro da América do Sul do que outros países e demais blocos econômicos. Lula deu mais ênfase para os países do Sul por relação à semelhança do seu governo com seus vizinhos. Em seu governo ainda, foi criado o grupo G-20⁵⁷, um grupo de países que trabalham na liberação do comércio agrícola,

⁵⁶ VIGEVANI, Tullio; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002> Acesso em: 28 outubro 2014.

⁵⁷ G-20 apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e via oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais.

para a redução de assimetrias, mas Lula, deu prioridade à CASA (Comunidade Sul – Americana de Nações), para manter o equilíbrio da economia dos países que fazem parte. Sendo assim, o governo Lula foi um governo mais voltado as questões regionais e assim, inseriu uma nova forma de dar continuidade ao MERCOSUL e suas questões bilaterais com o Brasil.

3.3 O Governo Dilma

Dilma Vana Roussef, formada em Economia e atual presidente do Brasil desde o ano de 2011, é a primeira mulher eleita a governar o Brasil, sendo do Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, do mesmo partido que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso da sua primeira posse, Dilma acrescentou que “Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais”. (PRESIDENTE, Dilma. 2011)

Na sua política externa, Dilma deu continuidade ao governo antecessor, de Lula, em relação no âmbito sul. Com Antônio Palota como Ministro das relações exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães para representante geral do MERCOSUL, a inclinação da política externa para com os vizinhos do Brasil, iria ficar mais forte. Uma comparação do governo Lula e Dilma, são as ações sociais começadas por Lula e continuadas por Dilma que beneficiaram diversos brasileiros a saírem da zona de pobreza extrema. Um exemplo disso, é o programa Fome Zero, programa social que trabalha no combate à fome, para pessoas de menor poder aquisitivo. Essas ações sociais desde o governo Lula, se estendem até hoje no governo Dilma e é reconhecido em diversas partes do mundo e inclusive o Brasil hoje não está mais no mapa dos países de extrema pobreza.

Ainda em seu governo, Dilma trabalhou na educação das crianças, até os adultos, criou o programa Universidade para todos (ProUni) que beneficia as pessoas que não tem condições de pagar uma universidade particular, a ingressarem nelas por meio de bolsas, feitos por aprovações do governo e direcionado somente para quem estudou em escola pública no ensino médio. Vendo isso como uma vantagem para o Brasil, fica claro que o governo Dilma quer expandir a educação para que mais jovens tenham uma formação superior e atinjam seus

objetivos e se tornem capacitados para o Brasil, pois o que está em falta no mercado brasileiro mão de obra qualificada. Ainda no âmbito educacional, Dilma criou o programa Ciências sem Fronteiras⁵⁸, que beneficia muitos jovens universitários a expandirem os seus conhecimentos internacionalmente.

Antonio Palota como Ministro, mostrou interesse total em aproximação em foros internacionais com ênfase na relações de países emergentes e em especial no âmbito sul – sul⁵⁹. Essas negociações com os vizinho é importante para o Brasil e para as outras nações visando o fortalecimento econômico entre eles. Com as nações se juntando e buscando os mesmos objetivos, é mais fácil de criar uma economia única e assim fortalecerem seus mercados internos.

Para o governo Dilma, a América do Sul é um fator importante para desempenhar um papel multipolar no mundo, pois, os países vizinhos juntamente com o Brasil formam uma aliança forte em matérias primas no que ocasiona uma larga escala econômica entre as partes. Também, a América do Sul, é um dos principais continentes na área agrícola, os produtos agropecuários crescem cada vez mais e o governo Dilma trabalha para que este setor cresça e seja reconhecido internacionalmente, como é o caso do Brasil, que cada vez mais expande a sua economia.

O continente também é rico em recursos hídricos, o que incide na constituição de seu enorme potencial hidroelétrico. Essas reservas aquíferas, somadas à qualidade e à diversidade dos solos e à abundância de sol, são determinantes para a produção agrícola. É importante destacar, entretanto, que essa vocação para celeiro do mundo da região não depende exclusivamente de fatores naturais ou mesmo de uma força de trabalho barata, como no velho modelo agroexportador. A agricultura da região – em particular a brasileira – ganhou altos níveis de produtividade em função da pesquisa científica e tecnológica, da qual uma entidade como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é paradigmática. A América do Sul possui grandes florestas e uma opulenta (e inexplorada) biodiversidade, além de um rico e diversificado acervo mineral. (GARCIA, Marco Aurelio. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma p. 57)

⁵⁸ Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

⁵⁹ ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. Um Balanço Inicial da Política Externa do Governo Dilma: Continuidades. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/05/09/um-balanco-inicial-da-politica-externa-do-governo-dilma-continuidades-por-gustavo-gerlach-da-silva-ziemath/>>

Em relação à economia brasileira, Dilma falhou, mesmo sendo economista, os resultados mostram que foi de mal a pior. Um exemplo, foi o crescimento do PIB em 2013 de 2,3%. Ademais, no conjunto de 30 mandatos, Dilma Rousseff ocupa a 28ª posição. Dilma em seu governo foi o terceiro pior desempenho econômico em relação ao governo Collor e Floriano Peixoto. Não é preciso uma análise muito profunda para se reconhecer que os protestos populares, que têm ocorrido desde meados de 2013 que refletem, em boa medida, o desempenho medíocre da economia e a crise de legitimidade do Estado⁶⁰.

É visível ver como Dilma falhou para trabalhar no Brasil na esfera internacional, isso mostra o resultado de uma economia brasileira estagnada. Embora alguns setores cresçam, o governo fica a parte desse crescimento por terem autonomia própria. Sendo uma economia em déficit, isso faz com que o Estado brasileiro tenha restrições, a inflação aumente e conseqüentemente o dólar em relação ao Real, aumente junto, tornando-se uma barreira econômica em larga escala. Em comparação com os países vizinhos, Dilma deve dar importância principalmente a economia, pois em comparação com outros Estados, a economia brasileira é a que menos cresce.

Visto tudo isso, vemos que o governo Dilma visa trabalhar dentro do Brasil e regionalmente com seus vizinhos. O fortalecimento com o MERCOSUL deve ser fortalecido a cada governo e como se trata de um bloco regional da América Latina, recebendo o apoio dos países que fazem parte, futuramente isso pode trazer benefício para todos. Dilma reeleita para ser presidente nos próximos 4 anos, deve enfatizar a importância da economia brasileira para que os mercados setoriais cresçam e dessa forma, ajudem o Brasil a ter uma certa melhoria e o controle da inflação, para que assim, o Brasil continue na sua posição de líder regional.

3.4 Críticas ao MERCOSUL

No MERCOSUL, sempre houve e sempre haverá críticas relacionadas ao bloco econômico da América do Sul. Alguns estudiosos da área do comércio, da área política, entre outras, acreditam que o bloco é um benefício para o Brasil e para os Estados partes. Outros, acreditam que esse foi o pior processo de regionalização

⁶⁰ GONÇALVES, Reinaldo. Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: Mediocridade esférica.

e união aduaneira já realizados na história. Veremos, como alguns críticos tratam a relação do MERCOSUL juntamente com os outros Estados participantes.

Como já citado, o MERCOSUL buscava, antes de sua criação, no Tratado de Assunção, uma inserção das economias dos 4 países que iriam integrar o bloco; favorecer as economias em escalas; criar um comércio em larga escala, com uma tarifa externa comum e atrair mais investidores para o bloco; livre circulação de bens e pessoas e uma política comercial conjunta entre os Estados⁶¹.

Os objetivos em que os Estados tinham com o MERCOSUL, deveriam melhorar as suas economias e expandir os seus negócios. Um exemplo disso, é o Paraguai, por ser um país pobre e com um sistema comercial de tarifa externa pequena, vislumbrava com a entrada no bloco um crescimento econômico. O que acontece, é que hoje o Paraguai recebe diversos visitantes para compras, mas a sua baixa economia e falta de produtividade em larga escala, faz com que o país seja um Estado de economia estagnada. A Argentina, por sua vez, buscou uma maior eficiência e uma abertura econômica⁶².

Já os interesses do Brasil no MERCOSUL, desde a sua criação, faziam parte da necessidade brasileira de inserção internacional, para ampliar a integração com seus vizinhos e assim, tornarem-se um bloco com objetivos comuns e, deixar de lado suas economias em desenvolvimento. Entretanto, o Brasil é o país que mais colabora em questão financeira ao MERCOSUL. Seu comércio é amplo e sua produção está entre as maiores, no que diz respeito aos produtos manufaturados.

Mesmo considerando-se apenas a fase inicial de integração econômica – qual seja, a constituição de uma zona de livre comércio, seguida da definição técnica de uma tarifa externa comum, o que redundaria numa união aduaneira – e seu desdobramento lógico na criação de um mercado comum (aliás, determinado “constitucionalmente”), pode-se dizer que tais objetivos – que já eram os do processo bilateral de cooperação e de integração, iniciado em 1986 por Brasil e Argentina – não foram alcançados. Com efeito, deve-se reconhecer que, passados vinte anos de experimentos integracionistas, o Mercosul não conseguiu cumprir as metas estabelecidas no Tratado de Assunção (TA), nem parece perto de realizá-las no futuro previsível. Ao longo dessas duas décadas, mas bem mais enfaticamente no curso da última década, o Mercosul parece ter se afastado de seus objetivos comercialistas e econômicos iniciais, aliás consagrados no tratado constitutivo, para converter-se num agrupamento político dotado de interesses muito diversificados. (ALMEIDA, Paulo Roberto. O desenvolvimento do Mercosul: progresso e limitações.)

⁶¹ SEITENFUS; Ricardo A. S. MERCOSUL: um desafio para a democracia, p. 8-9.

⁶² Idem.

Vera Thorstensen⁶³, afirma que ficar atrelado ao MERCOSUL é afundar o Brasil. Para ela, o Brasil necessita estar ligado aos países desenvolvidos, estar cada vez mais negociando com países que tenham suas economias estabilizadas, pois, se fizer acordos e ficar limitados aos países do bloco, o Brasil não crescerá economicamente. Ainda para Vera, [...] o Brasil está se deixando usar pela falta de vontade da Argentina para caminhar, tomar a dianteira e negociar novos acordos e deixar a Argentina acompanhar se quiser e acordos modernos permitem um acordo-quadro e arranjos diferentes para cada parte.

Sobre o Brasil estar atrelado ao MERCOSUL pode não ser muito vantajoso para o Brasil, mas que isso acarreta muitos benefícios de o Brasil estar se alargando no sistema internacional, que está cada vez mais claro essa expansão. A ajuda que o Brasil dá ao MERCOSUL é feita pela contribuição que o bloco deu ao Estado brasileiro e isso, mostra apenas os benefícios do bloco junto com o país. O Brasil não só pode mas como deve procurar novos parceiros mas sempre estar aliado ao MERCOSUL, que é seu bloco e que ocupa o lugar de líder regional da América do Sul.

⁶³ Professora e pesquisadora da Escola de Economia da São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimento da EESP-FGV e Especialista em regulação do comércio internacional

Capítulo 4 – A questão agropecuária

4.1 O mercado brasileiro de agropecuária

A agricultura é definida como lavoura ou cultivo de terra e está relacionada com trabalhos de tratamento do solo e plantação de vegetais ou produção de alimentos de origem animais e/ou destinam-se a produção de alimentos (verduras, legumes, frutas, hortaliças e cereais). A agricultura é uma atividade que acarreta benefícios ao meio ambiente, por tornar o solo mais fértil. Faz parte do setor primário da economia, por seus produtos serem originalmente extraídos da natureza e além disso, fornece matérias-primas para os produtos e foi o primeiro setor a constituir as primeiras civilizações. Hoje, o setor primário está mais avançado devido a novas tecnologias, já que nos tempos antigos o modo de trabalho para o cultivo de terras e plantios, era feito por agricultores sem tecnologia alguma.

Também temos o agronegócio, que se refere ao conjunto de atividades vinculadas a agropecuária e dividido em quatro segmentos: O primeiro segmento, se dá pela oferta de insumos para a agropecuária⁶⁴, o segundo seguimento, pela agropecuária, o terceiro segmento, dá pela agroindústria⁶⁵ e por último, o quarto segmento, pela distribuição dos produtos.

Na véspera da aparição da agricultura, a população humana estava em plena expansão graças ao desenvolvimento dos modos da predação sempre mais diversificados e eficazes. Entretanto, mesmo se em certos lugares o homem houvesse atingido os limites da possibilidade de exploração de algumas espécies, a ponto de fazê-las regredir ou mesmo desaparecer, nada permite afirmar que o desenvolvimento da agricultura é da criação no neolítico respondeu à necessidade de superar um tipo de crise generalizada dos sistemas de predação. (MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo, p. 90)

O Brasil no que diz respeito ao setor agropecuário, está em processo de constante crescimento, como um dos maiores exportadores e alimentos a mais de 200 países no globo⁶⁶. Antes de qualquer produto sair do país para ser exportado é necessário que antes, a SRI (Secretaria das Relações Internacionais do

⁶⁴ Todas as despesas e investimentos que contribuem para formação de determinado resultado, mercadoria ou produto até o acabamento ou consumo final.

⁶⁵ Integração entre campo e cidade, onde se destina os produtos agrícolas, transformando-se em alimentos; Industrialização do produto agrícola.

⁶⁶ Site oficial do MAPA – Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento.

Agronegócio) efetue as devidas medidas fitossanitárias e possíveis acordos com outros países para que possam estar devidamente em acordo nas normas de higiene e não causar transtornos a outros Estados.

O setor agropecuário brasileiro é um dos setores que mais cresce no Brasil e além disso, o número de contribuição para o PIB brasileiro já registrado é de 7% em 2014⁶⁷, superando outros setores como a indústria, que teve um crescimento de 1,3% e sendo maior que a economia brasileira, que ficou na margem de 2,3% em relação a 2013. O crescimento do setor agropecuário se deve as contribuições brasileiras e ao governo com intermediações em fóruns bilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde Animal, Codex Alimentarius ⁶⁸entre outros, ou seja, inserindo a agricultura brasileira na inserção internacional, e também os grandes negócios feitos com países e blocos, como projetos para estímulo da agricultura no MERCOSUL e outras decisões que são tomadas pelo SRI, como fazer parceria com outros parlamentos para o estímulo à exportação deste setor⁶⁹.

A agropecuária brasileira se expandiu tanto, que hoje está nos principais países, como por ex, China, Emirados Árabes, Indonésia, Rússia e etc. No mesmo setor, o que controla o desempenho comercial dos produtos agropecuários na área internacional é a balança comercial do agronegócio, que mostra as exportações, importações, saldo do setor e destinos de onde os produtos estão indo. Essa balança ajuda os profissionais da área a terem um controle sobre suas mercadorias e facilita as informações e as decisões, como dar mais ênfase a algum país ou um controle interno de preços e custos. Quem fornece essa balança, é o ministério da agricultura.

Outro setor importante e que vamos destacar neste capítulo é o setor da avicultura⁷⁰, que cresce muito no Brasil. O principal produto da avicultura é o frango, que está em alto índice nas exportações brasileiras, sendo o terceiro produtor mundial e líder em exportação, extremamente reconhecido nos mercados internacionais, chegando a alcançar o número de 142 países que importam a carne

⁶⁷ Dados IBGE; Instituto Brasileiro de geografia e estatística.

⁶⁸ Fórum internacional de normatização do comércio de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por ato da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Criado em 1963, o fórum tem a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos.

⁶⁹ Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento.

⁷⁰ Criação de aves para o consumo humano, sendo carne e ovos.

do frango brasileiro. Outras aves como peru e avestruz, contribuem para o setor, porém, quem lidera nos rankings de exportações, ainda continua sendo o frango. No Brasil, o território que o frango domina, é na região Sul, sendo Paraná e Rio Grande do Sul os grandes fornecedores da carne. Os fatores que levam a carne do frango brasileiro ser líder nas exportações é o resultado de controle e de qualidades, como boa alimentação das aves, aperfeiçoamento de produção, questões sanitárias, cuidado com o aviário, o melhoramento genético e a produção dos mesmos. A produção cresce em média, 4,22% ao ano e 5,62% nas exportações e isso mostra, que o Brasil lidera o setor com um longo alcance internacional⁷¹. Sobre a importação de carnes, o Brasil importa o mínimo possível, mas nenhuma carne consegue ter o preço e a qualidade do Brasil.

Ainda na regulamentação sanitária, o Ministério da Agricultura conta com um controle rígido, que combate as pragas que podem apresentar ameaças ao setor agropecuário e assim, garante a qualidade do produto e seus insumos para importação e exportação. O órgão responsável por essa vigilância é o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, realizada nos portos, aeroportos internacionais e postos de fronteiras e aduanas. Para isso, os produtos que chegam ao Brasil, devem ser inspecionados e antes, identificada a procedência e a data de chegada ao país; para evitar danos ao meio ambiente, certificar os produtos, e evitar prejuízos a economia brasileira⁷².

Em relação a saúde animal, estão envolvidos todos os estudos que visam as enfermidades que podem ocorrer ao animal, trazendo riscos à saúde pública e também, questões de alimentação, controle de riscos com a alimentação e o local onde o animal está sendo tratado para poder chegar aos mercados do Brasil e do mundo, de uma maneira extremamente rigorosa. Entretanto, são feitos estudos veterinários de qualidade e de boa estrutura para detectar tais riscos ao animal, juntamente com a OIE (Organização Mundial de saúde Animal), para medidas preventivas que visam melhorar o produto. E ainda, com o Manual de Legislações de Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil⁷³.

⁷¹ Dados oficiais do Ministério da Agricultura em 2014.

⁷² Idem.

⁷³ Elaborado em 2009 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o âmbito do Termo de Cooperação Técnica (TCT), o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – PANAFTOSA, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, Organização Mundial da Saúde – OMS. Normas regulamentadas para viabilizar as organizações de programas de saúde animal.

4.2 A questão no âmbito do Mercosul

No MERCOSUL, em relação a agropecuária, existe um projeto denominado BIOTECSUR, uma plataforma de biotecnologia do bloco, que coordena agentes públicos e privados para a solução dos problemas de sustentabilidade regional e global, reconhecido internacionalmente pela sua eficácia e eficiência na produção de bens, serviços e processos biotecnológicos altamente competitivo⁷⁴. Resultado de um acordo firmado entre MERCOSUL e União Europeia, para a consolidação regional de biotecnologia. Seus estratégias constituem:

Desenvolver estudos de registro e diagnóstico das capacidades, políticas e instrumentos em biotecnologias na região do MERCOSUL. Estabelecer estratégias de coordenação para a transferência de tecnologias por intermédio da plataforma Regional. Dar subsídios a projetos de biotecnologia integrando os países da região e a favor da fusão de participantes de setores privados, acadêmicos e público dos quatro países. (Site oficial do BIOTECSUR)

Para começarmos a falar de agropecuária no MERCOSUL, primeiramente devemos recorrer ao Tratado de Montevideu, cujo artigo trata da agropecuária em relação ao bloco:⁷⁵

Os acordos agropecuários têm por finalidade fomentar e regular o comércio agropecuário intra - regional. Devem contemplar elementos de flexibilidade que levem em conta as características socioeconômicas da produção dos países participantes. Estes acordos poderão referir-se a produtos específicos ou a grupos de produtos e poderão basear-se em concessões temporárias, estacionais, por quotas ou mistas ou em contratos entre organismos estatais ou paraestatais. Estarão sujeitos às normas específicas que forem estabelecidas para esses efeitos. (Tratado de Montevideu, Cap. 1, Art. 12)

No que concerne a agropecuária brasileira, foi no ano de 1956 que surgiu a Associação de Crédito a Assistência Rural (ABCAR), um programa financiado pelo Governo Federal brasileiro com o objetivo de estimular o crédito a subsídios para produtos agropecuários. Assim, muitos empresários desse ramo viriam a ganhar espaço no cenário brasileiro internacional, uma extensão do setor estaria num

⁷⁴ Site oficial da EMBRAPA.

⁷⁵ Tratado assinado em 12 de Agosto de 1980 na cidade de Montevideu, no Uruguai com o objetivo de renovar o processo de integração latino-americano e a estabelecer objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da região; que também deu início a ALADI (Associação Latino Americana de Integração).

cenário melhor e assim, o Brasil ganharia espaço no comércio mundial de agricultura⁷⁶. Ao longo dos anos, vemos que o processo de integração dos países em relação ao setor da agricultura, vem crescendo cada vez mais e sendo reconhecido no cenário internacional. Em relação ao MERCOSUL, o Brasil vem trazendo benefícios para o bloco e também para a sua economia interna.

No que diz respeito à Argentina, com a criação do bloco, houve um benefício em relação aos produtos no mercado brasileiro. Com essa facilidade, Argentina e Brasil mantinham uma certa competitividade do setor agropecuário, mas quem sempre teve benefícios no setor foi o Brasil que sempre seguiu na frente com um desenvolvimento maior. De acordo com Challout e Hillcoat (1997), a Argentina está em processo de industrialização. A diferença entre os dois países do bloco, é que o Brasil, procurou desenvolver a agroindústria e a Argentina, buscou explorar produtos brutos ou pouco transformados.

O Estado argentino sempre procurou novos investimentos para melhorar o setor agroindustrial, ampliar seus negócios por meio deste setor e uma maior eficiência em valores. A Argentina está voltada para a exportação, enquanto o Brasil busca uma nova importância em relação as exportações e por isso leva maior vantagem. As contribuições dos dois países em relação ao bloco, são: o Brasil contribui com US\$ 117.537 milhões, enquanto a Argentina fica em segundo lugar, com US\$ 36,572 milhões para o bloco⁷⁷. Podemos destacar que ambos países tem importância no setor do agronegócio, mas o Brasil como líder, ainda continua na frente, devido à crise argentina.

O que preocupava o Brasil relacionado à Argentina era a vantagem que o Estado argentino tinha em seus solos, devido ao Pampa⁷⁸ úmido e o Brasil, com altas taxas tributárias em seus produtos e o preço das terras brasileiras, o que gerava uma preocupação aos empresários do agronegócio, referente as suas vendas e a suas exportações. Na Argentina, o setor agropecuário é muito importante, já que o país é considerado um grande exportador dos produtos derivados desse setor que representa mais de 60% de todos os setores, quase se igualando com o Brasil, mas ainda o Brasil segue em frente aos países do bloco, sendo o primeiro exportador de carne bovina do mundo, com um crescimento de

⁷⁶ VELA; Hugo. A. G. Extensão rural no MERCOSUL, p.43

⁷⁷ Dados oficiais do MERCOSUL.

⁷⁸ O clima do Pampa é subtropical com as quatro estações do ano bem definidas e sua vegetação é marcada pela presença de gramíneas, plantas rasteiras, arbustos e árvores de pequeno porte.

5,7% em suas produções e nas exportações, o crescimento também é crescente. No setor agropecuário em relação ao bloco do MERCOSUL, o Brasil representa 69% do total exportados para os seus vizinhos territoriais.

No Brasil, a criação do bloco era para o fortalecimento político e econômico da região da América do Sul e para obter melhores condições para lutar por terceiros mercados e atingir um nível internacional⁷⁹. O que deu vantagem ao Brasil frente a Argentina nesse setor foram as questões sanitárias principalmente, o aumento dos casos de febre aftosa em animais e encefalopatia espongiforme⁸⁰.

Dentro do mercado internacional, o Brasil começou a ganhar espaço e a sua participação no bloco foi aumentando intensamente, bem como a sua atividade comercial, com os países do bloco e do sistema como um todo. O Brasil almejou com a criação do MERCOSUL, um avanço para o setor agropecuário, pois depois que o bloco foi criado, o país começou a ganhar notoriedade neste quesito, o que serviu de estímulo para a competitividade internacional.

Paraguai e Uruguai, outros Estados do bloco, em relação a agropecuária, Freitas e Oliveira (2005) citam:

A pecuária é um setor de suma importância para a economia do Paraguai. De acordo com o banco central do país, a economia obteve em 2004, crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. Segundo esta instituição, o crescimento foi resultado do excelente ano agropecuário. O Paraguai, décimo quinto maior exportador mundial de carne bovina, embalado pela condição de região livre de febre aftosa com vacinação (reafirmado em 2004) pela Organização Internacional de Saúde animal (OIE), exportou 30% a mais carne que no mesmo período de 2003. A carne bovina também exerce fundamental papel na economia do Uruguai. Dados do Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca indicam que esse produto representa aproximadamente, dois terços do setor agropecuário. Do valor total das exportações uruguaias, que em 2002 somavam 70% do valor total das exportações uruguaias; os produtos de origem bovina representam 39%.

Como vemos, o Paraguai como o décimo quinto maior exportador de carne bovina do mundo, tem o setor agropecuário como de extrema importância para o país. Mas mesmo juntos, Paraguai e Uruguai, o setor tem crescido muito pouco, pois, em 2007 o setor não alcançou 4% no comércio exterior. (Nações Unidas, 2009). No Uruguai, o setor agropecuário está especialmente nos segmentos de carne bovina, lã, leite e principalmente, o arroz. Ainda apresenta um crescimento

⁷⁹ GEBARA; POLAQUINI; SOUZA. 2006.

⁸⁰ Também conhecida como a doença da “vaca louca”, que traz a dificuldade de locomoção e nervosismo ao animal. A gênese desta doença está no fornecimento de ração para estes animais contendo carcaças de ovinos sem o devido aquecimento.

lento, mas já que se tem dado ênfase nos estudos uruguaios para uma melhoria no setor agropecuário. Em relação ao bloco, os dois países, Paraguai e Uruguai, não alcançam 7% do total das exportações. O que barra ainda os setores é o protecionismo que existe entre os países, principalmente nos países do bloco por uma competitividade de setores e Paraguai e Uruguai, por sofrerem ações protecionistas de seus dois maiores parceiros, Brasil e Argentina.

No Uruguai, o processo do agronegócio representa 60,59% do seu PIB, o que indica que o desenvolvimento do país neste setor é crescente e a economia do país está determinada na atividade agrícola. A importância relativa do agronegócio em cada país indica que, nas atividades econômicas como um todo, o Uruguai, o Chile e a Argentina dependem mais das atividades do agronegócio que a economia brasileira. (MONTROYA; 2002). Em suma, o MERCOSUL beneficiou os setores agropecuários do Brasil e da Argentina, não que não tenha beneficiado Paraguai e Uruguai, mas que ainda, os dois países precisam desenvolver mais estes setores e criar um mecanismo de autonomia própria, para que possam fortalecer este mercado e assim, beneficiar suas economias, já que estão em lento nível de desenvolvimento, principalmente o Paraguai.

4.3 Normas técnicas e fitossanitárias

As normas técnicas e fitossanitárias brasileiras, contam com um Manual de legislação para a saúde animal, que como já citado, foi elaborado em 2009 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o âmbito do Termo de Cooperação Técnica (TCT), o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – PANAFTOSA, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, Organização Mundial da Saúde – OMS, essas são as normas regulamentadas para viabilizar as organizações de programas de saúde animal. Esse manual é o que deve ser observado por todos os empresários do setor agroindustrial, pois é a determinação das regras que devem ser seguidas antes do produto estar finalizado e embalado para os mercados nacionais e internacionais. Com essas regras seguidas, o produto passa por uma inspeção final, que irá determinar se o produto está pronto para ser comercializado. Essas normas, não só servem para um produto, mas sim, para todos os produtos agroindustriais, desde grãos até carnes animais, visando o bem-estar animal e humano.

O processo de abate das aves é realizado no sistema de integração vertical e com isso, as empresas possuem o controle de todos os elos da produção, ou seja, o processamento e a distribuição. O sistema avícola no Brasil é de 1,5% do PIB, gera mais de cinco milhões de empregos diretos e indiretos e sua renda para as exportações ultrapassa a margem de US\$ 7 bilhões de dólares. A avicultura brasileira é conhecida no mundo inteiro, por seu índice de produção desenvolvido e a qualidade do produto, que se destaca em vários temas, como a genética do frango, a nutrição, o meio como é cuidado, o bem-estar animal e questões de proteção ao meio ambiente.

Os registros dos animais são fornecidos pelo Ministério da Agricultura, regidos por leis, decretos e instruções normativas, com a finalidade de instruir e legitimar os produtores pecuários. Isso serve também, para os produtos veterinários, farmacêuticos, que necessitam de autorização do MAPA⁸¹ para poder circular dentro das empresas que trabalham com a carne animal. Os estabelecimentos que fabricam tais produtos, devem ter licença devidamente autorizada pelo MAPA, e também os profissionais da área, veterinários, biólogos, zootecnistas, devem possuir licença para exercerem suas funções no ramo pecuário, seguindo a Guia de Transito Animal (GTA). Isso é a forma indicada pelo Brasil de controlar os meios de trabalho, as ferramentas, os profissionais, no que resulta em benefícios tanto para os animais quanto para os humanos.

A otimização do potencial de desenvolvimento das aves está associada a vários fatores. Juntamente com boas condições de ambiente e sanidade, a aplicação de novas tecnologias na produção constitui fator relevante na melhoria da eficiência produtiva da indústria avícola. Desta forma, o bem-estar animal, o bem-estar do trabalhador, o meio ambiente e a qualidade do produto final são, sem dúvida, os principais pontos para a boa aceitação do produto no mercado. Para obter qualidade em toda a cadeia de produção, são necessários controles e registros que permitam a rastreabilidade da produção, conferindo segurança ao produto final e permitindo que, caso ocorra algum problema, o mesmo seja facilmente localizado e corrigido. Além disso, as empresas produtoras estão sujeitas a auditorias e avaliações, buscando adequar seus processos produtivos às normas do mercado ao qual elas abastecem, tanto no Brasil como no Exterior. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009)

Em relação a alimentação animal, o MAPA possui um sistema de regulamentação que vai inspecionar o alimento antes mesmo de ser passado para o animal, se estendendo assim, até as empresas onde são industrializadas, para

⁸¹ Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento.

conferir se está de acordo com todos os processos de higiene e assim, evitar doenças futuras aos animais. Essas fiscalizações são feitas por meio de fiscais, profissionais capacitados com o objetivo de identificarem irregularidades e alertar o Ministério da Agricultura. Outro procedimento a ser realizado depois de industrializado é a avaliação do MAPA para conferir se o alimento animal pode ser ingerido pelas aves e assim ele pode chegar aos aviários. Essa inspeção é feita pela Coordenação Geral de Inspeção (CGI) juntamente com o Órgão de Departamento de Inspeção de produtos de Origem Animal (DIPOA) e a Secretaria de Defesa Agropecuária, sendo tanto periodicamente quanto permanente.

Essas fiscalizações são feitas para evitar que animais com doenças sejam abatidos e logo após comercializados. Então, após esses procedimentos, o animal é vendido aos consumidores. Casos de doenças são constantes, o que acontece é que em alguns países, acabam sendo disciplentes em relação a inspeção do animal, ou também, falta estrutura e profissionais capacitados para a inspeção. Quanto a isso, o mercado brasileiro de carnes, seja ela de aves ou de bovinos, está avançado e o Brasil possui um largo quadro de estudos e profissionais que atendem a essa necessidade, de identificar irregularidades com o animal e evitar que ele seja consumido.

Além do mais, os aviários devem possuir espaço suficiente para as aves e para o tratador das mesmas e para inspeção caso haja alguma ave ferida ou doente. Para isso é necessário que elas tenham livre acesso no aviário, ou seja, espaço suficiente para se locomoverem. Em relação ao MERCOSUL, o Biotecsur teve como projeto em 2008, o combate a doenças em gados e aves de corte e melhoramento genético de plantas usadas na alimentação e na indústria⁸².

No que concerne a sustentabilidade das carnes, o Brasil respeita muito a questão, sendo signatário dos principais tratados sobre meio ambiente, como por exemplo o Protocolo de Kyoto. No país, a questão ambiental é muito rigorosa, sendo até mesmo reconhecida no mundo inteiro. O controle animal é feito pelas empresas, já que os mercados consumidores estão sempre de olho no mercado interno brasileiro, tanto para críticas, quanto para oportunidade de negócios.

Além disso, em questões sanitárias, no aviário não é permitido o acesso de outros animais, e caso haja mortalidade acima do normal das aves, devem ser

⁸² Revista ciência hoje. A Agropecuária no MERCOSUL.

realizadas para descobrir qual o motivo das mortes. Cada instalação deve ser higienizada de acordo com as normas de limpeza do produtor e também a limpeza de suturas aplicadas no animal e os tratadores, devem trocar ou desinfetar seus calçados a cada entrada no aviário. Além disso, os registros de mortalidade das aves devem ser feitas diariamente, os funcionários não devem manter contato com outras aves, somente com as aves que estão tratando, por isso, cada espécie de aves deve ter seu tratador, para evitar que qualquer tipo de doença seja transmitida a outra espécie. Os veículos em que as aves são transportadas devem ser higienizados e tratados, para uma melhor condição da criação e transporte das aves. A higienização é importante para o fator saúde humana e também para a inspeção de qualidade animal. Se o animal passar pela inspeção com tudo em ordem, segue em frente a produção.

4.4 A Competividade e Produtividade

O Brasil como primeiro país a ser o líder do setor agropecuário no MERCOSUL, compete muito com outros países, até mesmo os que não são do bloco, mas que estão logo atrás nas questões agropecuárias. Quem fica atrás do Brasil na carne do frango é os Estados Unidos, com uma produção de 1840,8 milhões de aves e a China, com 865 toneladas. O Brasil está na liderança com 1878,9 toneladas de aves por ano⁸³.

Como o Brasil possui uma desenvolvida avicultura em relação aos outros países, a produção brasileira é muito alta. Por ser excelente, ter qualidade e questões sanitárias de acordo com normas técnicas de higiene e trabalho, atendendo qualquer tipo de exigência de consumidores de países, como é o caso de países islâmicos, que possuem uma rigorosa norma para consumirem carne, chamados de “mercado Halal”⁸⁴, o Brasil é o terceiro maior exportador de carnes para este mercado e com isso, eles buscam uma garantia e certificação da qualidade do produto, por seguir uma linha religiosa rigorosa e não infringir tais leis.

⁸³ Fonte: Revista Exame, dados de 2013. Disponível em: <
<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/brasil-foods-lidera-ranking-dos-maiores-produtores-de-aves-d>>

⁸⁴ Significa “permitido”, ou seja o que se pode fazer, o que se pode consumir, o que se pode ver, o que se pode ler, o que se pode vestir. Essa palavra não usada apenas para a comida, mas para tudo. O antônimo de halal, ou seja o que não é permitido é haram, que significa proibido. São normas da lei Islâmica, que seguem o sagrado livro do alcorão.

O Brasil já faturou mais de 1 bilhão de reais com esse mercado nos últimos dois anos, 2012 e 2013⁸⁵. A norma que segue o abatimento das aves para o Mercado Halal é a seguinte forma:

Os frigoríficos habilitados para produzir carne com certificação halal devem ter a área de abate ou os ganchos da linha de produção direcionados para Meca, a cidade sagrada dos muçulmanos, para que, no momento do abate, o animal esteja com o peito voltado para essa direção. O abate deve ser feito o mais rápido possível, a fim de que o animal tenha morte instantânea, sem a liberação de toxinas que contaminem a carne. (Associação brasileira dos exportadores de frango – ABEF).

Esse fator do Brasil ser um exportador de frango para esse tipo de comércio, é um fator de competitividade que coloca o Brasil em outro patamar de concorrência países, ou seja, respeitando a forma dos islâmicos consumirem a carne, o Brasil compete com outros países pela estrutura e produção da carne dos frangos. Para atingir esse mercado, o Brasil busca contratar muçulmanos capacitados para esse tipo de abate e que seguem à risca o islamismo, para adaptarem a produção às condições criteriosas da religião.

Como já foi afirmado, no âmbito do MERCOSUL, Brasil e Argentina são os principais produtores do setor agropecuário do bloco e competem de forma quase igual, mas o Brasil segue um pouco na frente. O Brasil é o maior exportador de farinha de soja dentro do bloco e a Argentina, óleo de soja e girassol, mas o Brasil tem vantagem, pela produção e o custo, e a Argentina, perde pelos impostos, mas tem vantagem nos transportes e embarque dos produtos. O comércio de alimentos, cresceu notavelmente desde a criação do bloco, tanto para o Brasil como para os outros países. As transformações ocorridas na pecuária nacional com a implementação do Mercosul foram extremamente importantes uma vez que o livre comércio entre os blocos poderia concorrer com uma inflexão nas bases produtiva e comercial brasileiras, afetando os mercados nacional e internacional de carne. (POLAQUINI; 2006)

O Brasil tem passado por momentos de globalização e ainda tem muito o que fazer para se inserir cada vez mais no cenário internacional. Um exemplo é criação do MERCOSUL e também, acordos diretos com União Europeia. Por mais que seja um país em desenvolvimento, se destaca pelo grau de interação regional e

⁸⁵ Dados da Revista eletrônica Pequenas Empresas Grandes negócios. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI145700-17164,00-AS+OPORTUNIDADES+DO+MERCADO+HALAL.html>>

internacional, pelos fatores produtivos e excelência em produtos. Não há dúvidas que o Brasil ainda tenha que fazer melhorias nos seus setores da economia, porém, o avanço que teve, nas últimas décadas prova que a estrutura brasileira está em larga escala de avanço.

Em relação a produção de aves, o Brasil teve certas melhorias concernentes a genética, a nutrição e a questão sanitária do animal, o que faz que cada vez mais consumidores requeiram o produto brasileiro, por constituir um selo de qualidade, preço acessível aos mercados nacionais e internacionais. Avicultores internacionais querem a compra da carne brasileira para terem suas próprias produções de carne de frango, o que leva a um outro propósito desse setor que é a venda de aves vivas para o comércio internacional.

Em notícias articuladas, o governo russo afirmou que deseja que o Brasil ocupe o lugar de fornecedor de frango para a Rússia, chegando a 200 mil toneladas ao ano. Com essa participação da Rússia, o Brasil sai na frente liderando as vendas para um país altamente desenvolvido, o que acarreta novas fontes de economias e lucros para os produtores de carnes de frango. Além disso, não somente o frango, mas a Rússia ainda afirma que pretende comprar frutas e legumes brasileiros, outros grandes produtos que são conhecidos internacionalmente pela qualidade brasileira. A proposta da Rússia em substituir os Estados Unidos pelo Brasil nos setores agropecuários é pela qualidade e pela inspeção que o Brasil possui em relação aos produtos, já que o Brasil e a Rússia possuem laços de importação de frangos brasileiros.

As leis que regem nas questões agropecuárias, deixam claro a exigência do governo brasileiro na preocupação com a questão da saúde do animal e do ser humano. Seguidas essas regras, vemos que o Brasil é um ótimo produtor da carne animal, e assim, competir com o Brasil fica cada vez mais difícil, não somente pela qualidade, mas pelos preços, o reconhecimento dos consumidores internacionais cada vez aumenta. Ainda na questão do bloco, fica evidente que o Brasil é o Estado parte que está em desenvolvimento crescente no que diz respeito ao setor agrário e contribui ao máximo também pelo desenvolvimento intra - regional.

4.5 Os desafios

Para falarmos de desafios, temos que falar novamente de uma questão que atinge não só o Brasil, mas os países do MERCOSUL em um todo; o protecionismo. Não é de hoje que a barreira protecionista é a principal dificuldade encontrada no comércio internacional entre os países. Como já falado, as barreiras protecionistas tomam conta hoje da América do Sul e assim, o comércio entre os países e a integração são dificultados cada vez mais. As dificuldades ainda no comércio dentro do MERCOSUL, podem ser exemplificadas pelos entraves em consolidar a tarifa zero entre países – membros, somente mercadorias originárias dos sócios estão livres de tarifas, menos o açúcar. Alguns produtos estrangeiros sujeitos ao imposto de importação definidas pela TEC, sofrem ainda com a dupla cobrança da tarifa externa.

Pensando nas reduções de barreiras não tarifárias no Brasil, há casos que o livre comércio bilateral ainda cresça, como a integração econômica entre os países e o livre comércio. Não existe ainda uma eliminação dessas barreiras, mas os vizinhos do Brasil são as maiores vítimas. Uma política deve ser adotada pelos países para tais reduções, para que o bloco e os países que o integram, possam crescer juntos sem rejeição do comércio internacional⁸⁶.

Coordenação de algumas políticas, em especial a política comercial: a convergência das políticas comerciais é uma das principais ferramentas para o sucesso da integração regional. O caminho para uma política comercial comum implica em uma gestão uniforme das relações comerciais com os países terceiros, especialmente por meio de uma pauta aduaneira comum e de regimes comuns relativos às importações e às exportações. Essa convergência está relacionada às opções de inserção internacional adotadas pelos países. No caso do Mercosul, há muitas dificuldades agravadas pelas diferentes posições que os países vêm defendendo em suas políticas comerciais. Expansão ou maior integração? o Mercosul optou por expandir o bloco apesar das dificuldades evidentes para seu aprofundamento. As assimetrias entre os membros fundadores já prejudicavam o avanço da integração e sua expansão dificultará ainda mais qualquer iniciativa de consolidação de integração do bloco. Acesso preferencial a mercados externos: os acordos extra regionais assinados pelo Mercosul são irrelevantes economicamente. Acordos com Israel e Palestina deram acesso ao Brasil a só 0,4% do comércio global e o acordo com a Índia foi limitado a apenas 500 produtos. (OLIVEIRA; Alinne B. 2013)

⁸⁶ Barreiras tarifárias impedem o comércio internacional não somente com os países vizinhos, mas com todos os países com a finalidade de exercerem laços comerciais. Com tais tarifas, os países ficam restritos de fazerem negociações, pois não há o livre comércio.

Em relação ao agronegócio no MERCOSUL, as ameaças começaram a surgir após as crises internacionais, mudança do setor cambial brasileiro e o protecionismo do bloco. A crise internacional, fez com que os países regressem, fazendo intervenções internacionais em suas economias e o protecionismo, foi uma forma de poupar seus produtos da desvalorização excessiva.

Outra questão que é um grande desafio para o agronegócio no MERCOSUL, é a desvalorização da moeda em relação as outras moedas de nível internacional, como por exemplo, o dólar americano, o Euro e outras importantes moedas que fazem com que as moedas provenientes do MERCOSUL sejam desvalorizadas. Ainda voltando as políticas macroeconômicas do MERCOSUL, fica ressaltado que a coordenação de tais políticas pra união aduaneira serve para:

Primeiro, facilitar os fluxos comerciais entre os países, mantendo um tipo de câmbio real estável entre eles; segundo, guiar para a concessão dos recursos produtivos e da localização dos investimentos, conforme critérios de vantagens comparativas e competitivas dentro da zona de integração; terceiro, contribuir a orientar àqueles que, no setor privado, tomam as decisões no âmbito do comércio e dos investimentos. (VEGAS; J. H. H. Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre Brasil e Argentina, 1999, p. 6)

Mesmo com essa coordenação de políticas macroeconômicas dentro mesmo do bloco, hoje vemos que a desvalorização do comércio entre os países se torna mais competitiva pela moeda, mas ao mesmo tempo que ela é competitiva, ela é um desafio. Fazendo um comparativo entre o Real e a outras moedas a nível internacional, o Real mantém uma posição desvalorizada. A inflação brasileira ainda é uma grande barreira, o que leva o Banco central a elevar as taxas de juros para conseguir controlar a inflação e com isso, o dólar sobe, as compras internacionais baixam, os consumidores ficam propensos a comprar com tais juros e assim, o governo e a economia ficam estagnados. A tabela a seguir, mostra um comparativo entre a moeda americana e a moeda brasileira.

Tabela 4: Comparativo do Dólar Americano e o Real em 11 meses



Fonte: Reuters

Essa tabela mostra exatamente o alto nível de inflação brasileira, onde os comparativos desde Dezembro de 2013 até novembro de 2014. Onde mostra que em 2013, o dólar americano tinha uma média de R\$ 2,30 e ainda é considerado alto, porém, um valor mais baixo do que se está hoje. Concluindo, vemos que enquanto as barreiras tarifárias, protecionistas, fica evidente que é mais difícil um comércio internacional. O crédito fica mais caro pro comprador, seja ele brasileiro ou de qualquer país membro do bloco MERCOSUL, o que ocasiona uma queda do setor privado, que fica necessário investir em seus produtos para movimentar a economia. Se o quadro continuar, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos, o quadro e a economia de tais, tendem a piorar e decrescer a economia. Assim, um desenvolvimento igual não vai existir. O maior desafio que os países vêm encontrando, é realmente consolidar as suas economias, mas que é possível realizar o procedimento por novas buscas de matérias e produtos que possam ser úteis para a crescente economia de cada país, o que gera esse grande problema, é a política comercial que o Mercosul adota, que não é orientada para crescer economicamente.

Considerações Finais

O trabalho até aqui foi de apresentar a questão agropecuária no MERCOSUL juntamente com o Brasil e pelo fato do mesmo possuir as maiores indústrias do setor agropecuário do mundo, sabemos que não é fácil o comércio internacional com os outros países. O objetivo do trabalho foi procurar uma relação entre Brasil e MERCOSUL nas questões agropecuárias, ponderar se a participação no bloco foi pertinente a essas questões e se realmente ajudou o Brasil e os outros países a crescerem economicamente.

Vemos que o MERCOSUL tinha no início o objetivo de criar uma economia única entre os países, porém, o que acontece entre os países hoje, é que não existe uma união aduaneira perfeita, como idealizado na criação do bloco. A união aduaneira unificaria um grupo de países que formariam uma tarifa externa comum (TEC), sendo eles Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai e também a livre circulação de mercadorias vindas dos países associados.

Com essa tarifa externa, os países viriam a adotar um sistema em que implementariam a mesma taxa em relação a importância dos bens de países de fora do grupo, que eliminaria toda a concorrência do comércio internacional com os demais países de outros blocos ou independentes. No MERCOSUL, isso aconteceu em 1995, quando essa tarifa externa foi adotada, porém, o que implica nessa tarifa é a concorrência entre os países dentro do MERCOSUL e suas desigualdades, como por exemplo, de moedas e inflações tributárias dentro do próprio bloco que é o caso do Brasil, que mantém uma inflação tributária maior entre todos os países participantes do bloco.

A união aduaneira entre os países significaria um livre comércio entre os países, de mercadorias entre os Estados partes, mas, até hoje no MERCOSUL essa medida ainda é imperfeita, que como já explicado, os produtos oriundos dos outros Estados que fazem parte do bloco tem salvaguarda para entrarem no Brasil, devido as medidas protecionistas. O mesmo não só acontece no Brasil, mas também no Uruguai, na Argentina, o que torna o Mercosul uma união imperfeita dos países.

Na questão agropecuária, notamos que o Brasil, entre todos os países que fazem parte do bloco é o que mais se destaca em suas produções e suas exportações. Conseguimos perceber que o setor agropecuário foi beneficiado pela criação do bloco MERCOSUL, de uma forma que o Brasil foi se expandindo

economicamente e se inserindo no cenário internacional juntamente com o bloco. O comércio do setor se intensificou em equilíbrio com a economia brasileira.

A qualidade, o selo e a garantia do produto agropecuário brasileiro são reconhecidos no mundo inteiro e por isso, o país se destaca cada vez mais. Em relação aos governos brasileiros podemos perceber que o governo Lula foi o que mais impulsionou a integração regional entre as Américas. Se não houver o apoio do governo, os setores da economia não crescem, eles regridem.

O objetivo até aqui realizado foi de analisar a situação entre o MERCOSUL e o Brasil na questão agropecuária, de vantagens ou desvantagens e vemos que o setor se expande até os dias atuais, tornando-se um mercado competitivo mundialmente e buscar resultados que mostram que o produto brasileiro e o MERCOSUL são fatores que ajudaram nessa expansão econômica e industrial.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia do governo Lula: balanço e perspectivas. **Pralmeida.com**, c2006. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1699DiplomGovLulaBalanPersp.pdf>>. Acesso em 29 out. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Pralmeida.org**, c2011. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **SciELO**, c2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext>. Acesso em 29 out. 2014.

BARRAL, Weber. O Protocolo de Olivos e o MERCOSUL. **Egov.usp.br**, c2010. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/1221-1235-1-PB.pdf>>. Acesso em 15 set. 2014.

BARRETO, V. C. P. Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos: princípios, alterações e continuidade. **Senado.gov.br**, c2007. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/relacoes-internacionais-um-breve-panorama-da-politica-externa-brasileira-nos-ultimos-vinte-anos-principios-alteracoes-e-continuidade>>. Acesso em: 22 out. 2014.

BASSO, Maristela et al. **MERCOSUL – MERCOSUR**: estudos em homenagem a Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Atlas, 2007.

BATISTA, P. N. O MERCOSUL e os interesses do Brasil. **SciELO**, c1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200006>. Acesso em 12 ago. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 1.901, de 09 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto). **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm>. Acesso em 13 set. 2014.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da; GHILARD, A. A. Intensidade do comércio no MERCOSUL. **Ftp.sp.gov.br**, c2009. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/rea/n2/rea6-2-09.pdf>>. Acesso em 20 out. 2014.

CELAC. **Ministério das relações exteriores**, c2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

CELAC. **Portal Brasil**, c2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac>>. Acesso em: 11ago. 2014.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **SciELO**, c2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100001&script=sci_arttext>.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CHALOULT, Ives; HILLCOAT, Guillermo. MERCOSUL e comércio agropecuário. **iadb.org**, c1997. Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2007/00629.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

COUTINHO, Carolina Rigotti. **O Brasil no MERCOSUL: Uma análise sob a ótica do comércio**. 2009. 119f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas, 2009.

CYS, Aline et al. O Brasil e o futuro do MERCOSUL. **Janela econômica**, c2012. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2012/04-o-brasil-e-o-futuro-do-mercosul.pdf>>. Acesso em 20 out. 2014.

DEFINIÇÃO e importância da agropecuária e do agronegócio na economia brasileira. São Paulo. BACHA, 2002. 55 diapositivos.

FERNANDES, Herlon. **A importância do MERCOSUL para o Comércio Exterior brasileiro**. 2006. 86f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, 2006.

GEHLEN, Ivaldo. Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. **Ufrgs**, c2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19521/000328299.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 out. 2014.

GOMES, E. B. Protocolo de Olivos: Alterações no Sistema de Soluções de Controvérsias do Mercosul e Perspectivas. **Usp.br**, c2006. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_4.pdf>. Acesso em 15 set. 2014.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro. O MERCOSUL, a América do Sul e o mundo. **Agencia latino americana de información**, c2012. Disponível em: <<http://alainet.org/active/59451>>. Acesso em 18 ago. 2014.

HEGEDUS, Pedro de et al. **Extensão rural no MERCOSUL**. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 1999.

KUME, Honorio; PIANI, Guida. Comércio e tarifa externa comum (TEC) no MERCOSUL: Uma perspectiva brasileira. **Ipea.gov.br**, c2003. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_2_comercio.pdf>. Acesso em 04 nov. 2014.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Scielo**, c1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001>. Acesso em 05 nov. 2014.

LESSA, A. C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Scielo**, c1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473291998000300003&script=sci_arttext>. Acesso em 16 set. 2014.

MARTINS, E. M. O. Sistemática de Solução de Controvérsias do Mercosul: o Protocolo de Brasília e o Protocolo de Olivos. **Usp.br**, c2006. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_4.pdf>. Acesso em 15 set. 2014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: o neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. **Scielo**, c2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 30 out. 2014.

MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio no MERCOSUL: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Scielo**, c2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000400004>. 01 nov. 2014.

MOREIRA, V. R; MIRANDA, V. M. O papel do Brasil no MERCOSUL. **Âmbito Jurídico**, c2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11029&revista_caderno=19>. Acesso em 16 ago. 2014.

PIMENTEL, Spensy. O MERCOSUL é muito mais que geladeiras, afirma Aldo Ferrer. **Agencia Brasil**, c2005. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-29/entrevista-1-%E2%80%93-mercosul-e-muito-mais-que-geladeiras-afirma-aldo-ferrer>>. Acesso em 12 ago. 2014.

POLAQUINI, L. E. M. et al. Transformações técnico - produtivas e comerciais na pecuária de corte brasileira a partir da década de 90. **Scielo**, c2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-35982006000100040&script=sci_arttext>. Acesso em 29 out. 2014.

REIS, Danilo; ASSUNÇÃO, Isadora. Integração regional e o setor agropecuário nos países do MERCOSUL. **Internacionalizando sobre Relações Internacionais**, c2011. Disponível em: <<http://internacionalizando.wordpress.com/2011/04/11/integracao-regional-e-o-setor>>

agropecuario-nos-paises-do-mercosul-artigo-escrito-para-a-catedra-de-integracao-regional-ii-universidade-potiguar/>. Acesso em 29 out. 2014.

RUIZ, B. R. O MERCOSUL: Reflexões sobre a Crise de seu Modelo de Integração e seu Relançamento. **Usp.br**, c2007. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_1_8.pdf>. Acesso em 12 ago. 2014.

SADER, Emir et al. **Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

SANTOS, Tom C. dos; CARVALHO, Camila. A opção brasileira por relações internacionais no âmbito sul-sul. **Univali**, c2011. Disponível em: <http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/laboratorios/lari/trabalhos-produtos-fact-sheets/Documents/a-opcao-brasileira-por-relacoes-internacionais-no-ambito-sul-sul.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2014.

SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **SciELO**, c2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf>>. Acesso em 16 set. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. A. S. MERCOSUL: Algumas perguntas sem respostas. **Seitenfus.com.br**, c1992. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Mercosul%20-%20algumas%20perguntas%20sem%20resposta.pdf>>. Acesso em: 22set. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. A. S. MERCOSUL: Um desafio para a democracia. **Seitenfus.com.br**, c1992. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Mercosul%20-%20um%20desafio%20para%20a%20democracia.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. Considerações sobre o MERCOSUL. **SciELO**, c1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a10.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2014.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Sna**, c2013. Vera Thorstensen: Mercosul não acrescenta nenhum ganho ao Brasil. Disponível em: <http://sna.agr.br/vera-thorstensen-mercosul-nao-acrescenta-nenhum-ganho-ao-brasil/>>. Acesso em 18 out. 2014.

SOUZA, Bruno Mendelski de. Breve balanço da Política Externa do Governo Lula para a América do Sul. **Mundorama**, c2011. Disponível em: <http://mundorama.net/2011/01/12/breve-balanco-da-politica-externa-do-governo-lula-para-a-america-do-sul-por-bruno-mendelski-de-souza/>>. Acesso em 06 nov. 2014.

THORSTENSEN, Vera. Ficar atrelado ao MERCOSUL é afundar o Brasil. **Carta Capital**, c2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/ficar-atrelado-ao-mercosul-e-afundar-o-brasil-804.html>>. Acesso em 01 nov. 2014.

UNASUL. **Ministério das relações exteriores**, c2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **SciELO**, c2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002>. Acesso em: 04 nov. 2014.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, M. F. A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração. **Plataformademocrática.org**, c2004. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11659_Cached.pdf>. Acesso em 04 nov. 2014.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil, o MERCOSUL e a integração da América do Sul. **Unb.br**, c2007. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/1489/1114>>. Acesso em 16 set. 2014.

WEISSHEIMER, Marco Aurelio. Por que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL incomoda? **Carta Maior**, c2006. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Por-que-o-ingresso-da-Venezuela-no-Mercosul-incomoda-/6/10900>>. Acesso em 13 ago. 2014.

ZIEMATH, G. G. S. Um Balanço Inicial da Política Externa do Governo Dilma: Continuidades. **Mundorama**, c2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/05/09/um-balanco-inicial-da-politica-externa-do-governo-dilma-continuidades-por-gustavo-gerlach-da-silva-ziemath/>>. Acesso em 06 nov. 2014.